



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 23/2017

----- Ata da reunião ordinária realizada aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete.-----

----- Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das dezasseis horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. Aprovação das atas nºs 21/2017 e 22/2017.

2. Intervenção do público.

3. Período Antes da Ordem do Dia.

4. Ordem do Dia.

4.1 Conhecimento da informação nº 31/2017/ABSP, datada de 12 de dezembro de 2017, referente aos contratos celebrados (nºs 4 e 12, do artigo 49º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro).

4.2 Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas, formulado pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira.

4.3 Deliberação sobre a informação registo nº 3591, datada de 13 de dezembro de 2017, referente à cessação de procedimento concursal comum, para ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, para o ano de 2017.

4.4 Deliberação sobre a informação registo nº 3517, datada de 07 de dezembro de 2017, referente ao Processo nº 202/16.8BECTB – Autor BASRIO – Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários, S.A. – Reú: Município de Manteigas.

4.5 Apreciação e deliberação da alteração ao loteamento misto de Santo António.

4.6 Deliberação sobre o processo de licenciamento da construção de moradia unifamiliar em nome de Filipe Sobral Lopes.

4.7 Deliberação sobre a revisão nº 2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017.

4.8 Deliberação sobre a alteração nº 16 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

4.9 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018: apreciação e deliberação sobre a remessa para a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

4.10 Conhecimento da submissão à Assembleia Municipal da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e informou que foi necessário realizar uma alteração e retificação à Ordem de Trabalhos, tendo ocorrido o desdobramento do ponto quatro, e o aditamento do ponto quatro oito – *“Conhecimento da submissão à Assembleia Municipal da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º, da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro.”* Questionou os Senhores Vereadores sobre se concordavam com estas alterações à Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, indicou que relativamente às alterações introduzidas, na Ordem de Trabalhos, nada tinha a opor, contudo, solicitou que o ponto *“Revisão n.º2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017”* fosse apreciado antes do ponto *“Alteração n.º 16 ao Orçamento”* e do ponto *“Grandes Opções do Plano e as Grandes Opções do Plano para 2018”*. Sendo que os pontos: *“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018: apreciação e deliberação sobre a remessa para a Assembleia Municipal”*; e *“Deliberação da submissão à Assembleia Municipal da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos”*, passariam a ser o ponto 4.9 e 4.10 respetivamente. -----

----- A Câmara concordou com a proposta de alteração à Ordem de Trabalhos, apresentada pelo Senhor Vereador José Biscaia, tendo sido realizadas as respetivas alterações. -----

Aprovação das atas das reuniões anteriores. -----

----- O Senhor Presidente questionou os Senhores Vereadores sobre se desejavam usar da palavra relativamente às Atas n.º 21/2017 de 15-11-2017 e a ata n.º 22/2017 de 06-12-2017. ----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, solicitou a palavra e questionou sobre se tinham sido introduzidas, na Ata n.º 21/2017, as propostas de alteração que tinha apresentado, tendo-lhe sido confirmado, que tais alterações foram introduzidas na Ata supracitada. -----

----- Achadas conformes, a ata n.º 21/2017 de 15-11-2017 e a ata n.º 22/2017 de 06-12-2017, foram aprovadas, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

Intervenção do público. -----

----- Encontravam-se inscritos o Senhor Alexandrino Estrela Ganilha e o Senhor Agnelo Lopes. Por ordem de inscrição o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Alexandrinho Ganilha. -----

----- O Senhor Alexandrino Estrela Ganilha, fez alusão a um pedido de informação realizado pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, sobre as rendas dos espaços municipais que estavam



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

concessionados. Declarou que concordava com o Senhor Vereador Francisco Elvas, na medida em que, havia concessionários que cumpriam o pagamento dessas rendas e outros que estavam em dívida para com a Autarquia. Recordou que à semelhança do Senhor Vereador Francisco Elvas, também ele próprio já tinha, por diversas vezes, alertado a Câmara para a situação em que se encontra o muro, situado na parte de cima do Jardim Municipal. Alertou que as ruas da Freguesia de Santa Maria estão a ficar um pouco sujas, sendo que as folhas das árvores já caíram, contudo, as mesmas continuam a acumular-se nas grelhas. Por outro lado, na Fonte Picão, junto à estrada, verifica-se a existência de uma grade que está derrubada, sendo que nesse troço o muro apresenta danos causados pelas árvores. -----

Reiterou o pedido já realizado em anteriores reuniões de Câmara, relativamente à rua Teles Vasconcelos. Atendendo a que, a rua supracitada tem um declive acentuado e como não tem grande luz solar, forma-se com frequência uma camada de gelo, que dificulta a mobilidade das pessoas, sendo que já ocorreram quedas de cidadãos. Por esse motivo, reiterou o pedido para que fosse executada uma rampa, ou degraus com um varão, que permitisse aos munícipes circular com mais segurança, nesse local. Constatou com agrado, que as reuniões do Órgão Executivo tinham maior afluência de público. Por último, deixou votos de Boas Festas. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Alexandrino Ganilha e retribuiu-lhe os votos de Boas Festas. Indicou que o Senhor Alexandrino Ganilha, na sua intervenção, não tinha solicitado quaisquer esclarecimentos por parte da Câmara, tinha apenas alertado para algumas situações que se verificam no concelho e feito observações. Esclareceu que, no que concerne à árvore que está situada junto à Fonte Picão, a mesma está a ameaçar ruir o muro junto às escadas. De facto, quanto mais a árvore cresce, maior fica a fenda, que é visível no muro. Referiu tratar-se de uma situação que já está sinalizada, nomeadamente, pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara, que vai analisar a situação e verificar as ações que têm de ser desenvolvidas para sanar o problema, uma vez que, as árvores são necessárias, contudo, por vezes causam alguns constrangimentos. -----

No que concerne à rua Teles Vasconcelos, declarou que se trata de uma situação que também já está sinalizada, sendo que será difícil colocar degraus no local, contudo, pode-se colocar uma grade, para as pessoas mais idosas se poderem segurar. Indicou que o assunto seria remetido para a Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo, para propor uma solução adequada. No que diz respeito às observações que foram dirigidas ao Senhor Vereador Francisco Elvas, questionou o Senhor Vereador sobre se desejava tecer algumas considerações. No que concerne à questão da limpeza das folhas nas ruas, alertou para que nesta época do ano torna-se difícil manter as ruas sem folhas, porque limpa-se hoje e amanhã as ruas voltam a ter folhas caídas; contudo, é importante ter especial atenção às grelhas e aquedutos, de modo a que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

haja constrangimentos. Em seguida, concedeu a palavra à Senhora Vice-Presidente, no sentido de prestar mais esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- A Senhora Vice-Presidente, no uso da palavra, explanou que o Município encontra-se com um número reduzido de funcionários, devido ao facto de alguns estarem no gozo de férias, além de que, tem havido um grande volume de trabalho, sendo necessário mobilizar os trabalhadores para a montagem e desmontagem de stands. Por outro lado, tem havido algumas situações, que devido ao seu carácter de urgência, também necessitam dessa mobilização de funcionários. Mais, informou que, o aspirador do Município avariou, estando a aguardar a respetiva reparação. Referiu que, podem as ruas não terem uma ação de limpeza com a periodicidade que era habitual, pelos motivos já avocados, contudo, a limpeza não tem sido descuidada. Relativamente à grade que se encontra derrubada, junto à Fonte Picão, deu conhecimento que tal foi originado por um acidente, tendo a GNR identificado a pessoa acidentada; nesse contexto o Município está a aguardar a emissão do relatório da GNR, para em seguida proceder em conformidade. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no que concerne à questão levantada, pelo Senhor Alexandrino Ganilha, sobre o pagamento das rendas dos edifícios Municipais que estão concessionados, esclareceu que solicitou a consulta dos processos, encontrando-se ainda a analisar os mesmos. Aludiu que caso o Senhor Alexandrino Ganilha desejasse obter essa informação, a mesma podia ser prestada pelo Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente indicou que caso o Senhor Alexandrino Ganilha queira ter acesso a essa informação, pode requerê-la junto dos serviços do Município, ou se assim o desejar, pode ser trazida a uma reunião de Câmara. Declarou que a conta corrente de cada um dos arrendamentos já foi atualizada no anterior mandato do Órgão Executivo, sendo que no atual mandato, já foram desencadeadas ações pela Autarquia, no sentido de serem regularizadas as rendas em atraso, por parte dos concessionários. -----

----- O Senhor Agnelo Lopes, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, recordou que já há cerca de três anos e três meses tinha alertado o anterior Órgão Executivo, o então Vereador Paulo Estrela, relativamente a uma grelha em cimento, que se encontra junto ao Café do Tó. Indicou que encontrando-se a mesma partida, leva a que os carros ao passarem por cima dessa grelha percam a direção, podendo causar algum atropelamento. Referiu que, nessa mesma altura, também alertou para uma grelha com dimensões consideráveis, situada na descida da rua de Santa Maria, que por se encontrar solta, quando os carros a pisam, a mesma levanta, causando danos na parte traseira das viaturas. Chamou a atenção para que em Fundo de Vila, há uma grelha e uma parte da calçada que ficou por concluir, há pelo menos dois anos. Mais, deu conhecimento, que junto a uma casa situada ao lado do Posto Médico, verifica-se a existência de um buraco, do qual as pessoas não se apercebem, e por isso tem vindo a causar



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

danos materiais nas viaturas, nesse sentido solicitou que a Câmara Municipal sinalize o local, por forma a evitar esses constrangimentos. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Agnelo Lopes, explanou que há anomalias que já se verificam há algum tempo, sendo que o Órgão Executivo tomou posse apenas há dois meses, ainda assim, irão tentar dar uma resposta adequada a essas situações, com a maior celeridade possível. -----

Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, solicitou a palavra, referiu que tinha recebido, no início desta reunião, os mapas que tinha solicitado nas reuniões anteriores, sendo que teria apreciado ter tido acesso aos mesmos quando efetuou a análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, uma vez que, é importante saber de onde é que se parte e não era nesta reunião que ia ter tempo de verificar essa situação. Solicitou que o Senhor Presidente confirmasse se é verdade ou não, que terão sido enviados dois ou três convites para jantares de Natal, extensivos aos membros do Executivo. Mencionou que não teve conhecimento desses convites, o que levou a que faltasse aos ditos eventos, sem ter prestado qualquer justificação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, solicitou que os mapas de Execução Orçamental, que foram facultados ao Senhor Vereador José Cardoso, fossem cedidos aos restantes membros do Órgão Executivo uma vez por mês. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que, para seu espanto, os mapas que foram cedidos ao Senhor Vereador José Cardoso, não lhe foram facultados. Solicitou que todos os mapas que fossem entregues aos restantes membros do Órgão Executivo, também lhe fossem cedidos. No que concerne ao mapa do saldo de pagamentos dos contratos de cedência, que o Senhor Alexandrino Gailha mencionou, considerou que tais documentos deveriam vir à reunião de Câmara e serem distribuídos a todos os elementos do Órgão Executivo. -----

Explanou que uma outra questão que pretendia abordar prendia-se com uma árvore que está localizada na Estrada Nacional 232, a seguir à ponte dos Sequeiros, sendo que aquilo que parece uma árvore, mais não é do que uma casca envolvente, com os ramos em cima, porque o interior da árvore já desapareceu todo. Considerou que mais cedo ou mais tarde, a referida árvore pode vir a causar problemas. Nesse sentido, solicitou que se notificasse as Estradas de Portugal, com a finalidade dessa entidade analisar a melhor forma de resolver a situação. Por último, indicou que trazia a esta reunião a preocupação de uma Múncipe, Senhora Alzira dos Santos Lopes, relativamente a uma edificação na Rua Infante D. Henrique. Explanou que este assunto já era do conhecimento do Senhor Presidente, uma vez que, a Senhora Alzira Lopes já



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tinha remetido à Câmara duas missivas, tendo o Senhor Presidente respondido com um ofício, datado de 27-11-2017, onde se informava que ia ser reposta a legalidade, relativamente a uma servidão de vistas de uma janela, que foi aberta indevidamente num barracão, que sofreu obras de melhoramento. Alertou para que os dez dias já passaram e a janela continua aberta, como tal, solicitou que o Senhor Presidente verificasse o assunto, dado que a Senhora Alzira Lopes está muito preocupada e já pensa em remeter o caso para Tribunal, o que no seu entendimento é desnecessário, uma vez que, basta fechar-se a referida janela. No que diz respeito ao barracão em causa, tendo tido curiosidade sobre o assunto, foi verificar a situação, tendo constatado que se trata de uma construção em betão armado, o que considerou estranho, embora a construção até possa estar em conformidade com o processo e este último ter todos os termos de responsabilidade e todos os documentos necessários para o efeito. -----

----- O Senhor Presidente fez alusão a que o Senhor Vereador José Cardoso, na sua intervenção, tinha indicado que gostaria de ter recebido os mapas, que lhe foram facultados nesta reunião, antes de receber os documentos do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, para poder apreciar estes documentos. Esclareceu que os documentos necessários para a apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, foram todos remetidos com mais de 48 horas de antecedência. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, elucidou, que os mapas aos quais se tinha referido na sua intervenção foram aqueles que lhe foram entregues no início desta reunião e que já tinha solicitado há cerca de um mês, porque no que diz respeito aos documentos para a reunião de Câmara, os mesmos foram remetidos com o devido tempo de antecedência. -----

----- O Senhor Presidente pediu à Dra. Gabriela Cravinho, que sempre que um documento seja remetido para um Vereador, deverá, também, ser remetido para os restantes membros do Órgão Executivo. Esclareceu que sempre que o Município recebe convites, que são extensíveis a todo o Órgão Executivo, os mesmos são transmitidos aos Senhores Vereadores. Questionou sobre se o Senhor Vereador José Cardoso se referia a algum convite em particular. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, indicou o convite remetido pela Associação Desportiva de Manteigas. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas acrescentou que além da Associação Desportiva de Manteigas, também a Associação de BTT de Manteigas, o abordou por não ter comparecido nesses eventos, como tal, considerava que os convites remetidos eram extensíveis a todo o Órgão Executivo. -----

----- O Senhor Presidente solicitou à Dra. Gabriela Cravinho que averiguasse a situação. Indicou que, no seu ponto de vista, devia ser remetido um ofício às diversas Associações, informando que sempre que haja convites a endereçar ao Órgão Executivo, que os mesmos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sejam remetidos individualmente, para cada um dos elementos que constitui a Câmara, porque os mandatos são pessoais e intransmissíveis. No que concerne ao saldo das rendas dos edifícios municipais, declarou que os processos solicitados pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, já lhe foram cedidos para consulta. Deu instruções para que o mapa do saldo da conta corrente das rendas dos equipamentos municipais seja facultado aos Senhores Vereadores. ---- No que diz respeito à árvore situada na Estrada Nacional 232, junto à ponte dos Sequeiros, informou que a estrada é municipal, como tal, a responsabilidade é da Autarquia. No que concerne ao assunto da Senhora Alzira Lopes, declarou que tinha conhecimento da queixa, tendo sido já feita uma notificação ao proprietário do barracão, no sentido de fazer repor a legalidade. Explanou que o processo deve estar no serviço de Fiscalização do Município, por forma a averiguar se o notificado cumpriu com a legalidade. Disse que desconhecia quando é que foi edificado o dito barracão, contudo, tal não ocorreu nos últimos dois meses. Informou que, curiosamente, a queixa não é contra a construção do barracão, mas sim, contra a colocação de uma vedação opaca com uma janela, onde anteriormente se encontrava uma vedação em rede.

Ordem do Dia.-----

Conhecimento da informação nº 31/2017/ABSP, datada de 12 de dezembro de 2017, referente aos contratos celebrados (nºs 4 e 12, do artigo 49º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro). -----

-----Foi presente, para conhecimento, a informação nº 31/2017/ABSP, datada de 12 de dezembro de 2017, referente aos contratos celebrados (nºs 4 e 12, do artigo 49º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação supracitada. -----

Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas, formulado pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira. -----

----- Foi presente, para deliberação, o pedido de isenção de taxas relativas à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas, ao abrigo do artigo 7º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas, formulado pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com o artigo 7º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Manteigas, isentar a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira, pela utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Manteigas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a informação registo nº 3591, datada de 13 de dezembro de 2017,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

referente à cessação de procedimento concursal comum, para ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, para o ano de 2017. -----

----- Foi presente, para deliberação, a informação registo nº 3591, datada de 13 de dezembro de 2017, referente à cessação de procedimento concursal comum, para ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, para o ano de 2017. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a cessação de procedimento concursal comum, para ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, para o ano de 2017, conforme a informação registo nº 3591, datada de 13 de dezembro de 2017. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a informação registo nº 3517, datada de 07 de dezembro de 2017, referente ao Processo nº 202/16.8BECTB – Autor BASRIO – Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários, S.A. – Réu: Município de Manteigas. -----

----- Foi presente, para deliberação, a informação registo nº 3517, datada de 07 de dezembro de 2017, referente ao Processo nº 202/16.8BECTB – Autor BASRIO – Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários, S.A. – Réu: Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente, informou que esta informação decorre de um pedido do advogado do Município, para que a Câmara delibere se deve ou não entrar num processo de negociação com empresa BASRIO – Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários, S.A., que foi opositora no concurso de compra de uma viatura de recolha do lixo. Explanou que, numa fase inicial, essa empresa foi excluída do concurso pelo Município, tendo recorrido em Tribunal. Nesse seguimento, o Tribunal sentenciou que a empresa supracitada deveria ser admitida no concurso. Atualmente a empresa está a pedir uma indemnização altíssima, sendo que a Câmara propõe que seja negociado o valor da indemnização, num montante mais razoável e que defenda os interesses do Município. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, questionou qual o valor que a empresa supracitada pede de indemnização. -----

----- A Senhora Dra. Gabriela Cravinho, no uso da palavra, esclareceu que o valor da indemnização pedido pela BASRIO é no montante de treze mil, novecentos e vinte e sete euros e vinte e três cêntimos (13.927,23€). -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas levantou a seguinte questão: atendendo a que o pedido de indemnização da BASRIO é de treze mil, novecentos e vinte e sete euros e vinte e três cêntimos (13.927,23€), qual é o valor da proposta apresentada por essa empresa para a aquisição da viatura pelo Município de Manteigas -----

----- O Senhor Presidente, deu conhecimento da proposta apresentada pela empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

supracitada em sede de concurso: o valor total de custos - quarenta mil, novecentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (40.972,77€); valor total da proposta - cinquenta e quatro mil e novecentos euros (54.900,00€); lucro previsto na retoma - zero euros (0,00€); retoma da viatura - mil e quinhentos euros (1.500,00€); às quantias supramencionadas acrescerá o valor do imposto sobre o valor à taxa legal em vigor, ou seja, quarenta mil, novecentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos (40.972,77€) + IVA. Em suma, o valor da proposta apresentada pela empresa é de cinquenta e quatro mil e novecentos euros (54.900,00€). -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas indicou que, face ao exposto, a BASRIO previa um lucro de 33,4%. Considerou que seria pertinente que se negociasse o valor de indemnização a pagar pelo Município de Manteigas à empresa mencionada. -----

----- A Câmara Municipal deliberou designar o Senhor Presidente como mandatário para negociar com a empresa BASRIO – Metalomecânica e Equipamentos Rodoviários, S.A., o valor da indemnização a pagar pelo Município de Manteigas. -----

Apreciação e deliberação da alteração ao loteamento misto de Santo António. -----

----- Foi presente, para deliberação, a alteração ao loteamento misto de Santo António. -----

----- O Senhor Presidente elucidou que, o loteamento misto de Santo António entrou em vigor em dois mil e um, sendo que tem tido imensos problemas, após uma série de propostas realizadas pelos donos dos respetivos lotes, chegou-se a esta fase final. No intuito de esclarecer, com maior clareza, o Órgão Executivo, solicitou ao Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão que fizesse uma breve explanação sobre o assunto. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra apenas para elucidar que, o loteamento de Santo António foi construído em mil novecentos e noventa e quatro. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão, no uso da palavra, explicou que a Câmara Municipal foi a entidade que executou o loteamento supracitado, havia uma planta síntese, alguns indícios urbanísticos e já há algum tempo que havia a necessidade de alterar esse loteamento, porque as infraestruturas não correspondiam às necessidades das pessoas. Informou que havia novos instaladores que queriam ir para o local e queriam alterar o uso que era dado aos lotes existentes, um desses lotes era propriedade da Câmara, tendo-o vendido recentemente. O loteamento passou a ser constituído por um operador turístico, duas habitações, um restaurante e uma zona mais ligada à área do comércio e indústria. -----

Neste contexto, aludiu a que havia uma série de situações que urge resolver, e uma vez que se ia proceder à alteração do loteamento, foram convocados os proprietários dos lotes com o objetivo de manifestarem o que pretendem executar no seu respetivo lote. Indicou que este é um processo longo, sendo que após algumas conversações chegou-se a esta versão final do



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

loteamento, que foi remetida para a apreciação e deliberação da Câmara. Explanou que a proposta apresentada, embora cumpra todos os índices do PDM, aumenta a área de ocupação nos lotes industriais e no operador turístico, caso no futuro deseje ampliar o respetivo imóvel, tendo este sido o último lote que a Câmara vendeu. Declarou que foi com base nestas premissas e com estas intenções que foi realizada esta proposta de alteração ao Loteamento Misto de Santo António. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia alertou para que as taxas têm de ser revistas porque a área de implantação é maior. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas questionou sobre se o lote onde está instalado o operador turístico é o lote 2. Tendo-lhe sido confirmado. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de licença de loteamento misto de Santo António e que sejam tomadas as diligências referidas no ponto 6 e 7, da informação registo nº 3599, datada de 14 de dezembro de 2017. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre o processo de licenciamento da construção de moradia unifamiliar em nome de Filipe Sobral Lopes. -----

----- Foi presente, para deliberação, o processo de licenciamento da construção de moradia unifamiliar em nome de Filipe Sobral Lopes. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que atendendo a que o projeto prevê a cobertura em chapa de zinco agrafado, questionou o Senhor Engenheiro João Gabriel sobre se tal obedece ao previsto para Manteigas. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão esclareceu que, fora do perímetro central da Vila são permitidas todas as tipologias, assim como são permitidas construções mais modernas. Indicou que este tipo de material é possível de ser utilizado, desde que tenha enquadramento urbanístico na própria solução arquitetónica que foi desenhada. A título de exemplo, referiu que se for desenhada uma casa em pedra, detendo uma arquitetura mais tradicional, não faz sentido ter uma cobertura moderna com zinco agrafado, contudo se for concebida uma arquitetura mais moderna, que é o caso, já faz sentido este tipo essa cobertura. Explicou que o PDM do concelho não impõe essas limitações fora do perímetro do Centro Histórico. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento da construção de moradia unifamiliar em nome de Filipe Sobral Lopes, conforme a informação nº 78/2017 JG, datada de 14 de dezembro de 2017. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a revisão nº 2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Foi presente, para deliberação, a revisão nº 2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que na rubrica 06030199 – *Outras*, no valor de 71.750,00€, rubrica 060501 – *Continente*, cujo valor é (59.000,00€); e na rubrica 100307 – *Estado-Participação comunitária projet.co-financiados*, no valor de (715.405,00€); verifica-se uma redução dos montantes. Pediu que o esclarecessem sobre o que motivou essas reduções e o que contemplam essas rubricas. -----

----- O Senhor Presidente explicou que esta revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2017, é feita neste momento por exigência legal: há rubricas que ficaram excessivamente dotadas em termos de receita, e correspondente despesa, que não foram realizadas. No sentido de se chegar ao final do ano com mais de 85% de taxa de execução da despesa e da receita, para que o Município não venha a ser penalizado por não cumprir os 85%, é extremamente necessário e obrigatório fazer esta alteração. -----

Esclareceu que essa alteração foi realizada nas rubricas que estavam intocáveis, em termos de receita. A rubrica *Outros*, trata-se de uma rubrica orçamental onde cabe a receita que pode não estar devidamente identificada e onde cabem também despesas que podem aparecer de um momento para o outro e que não estão identificadas no Orçamento. A título de exemplo, referiu que na rubrica *Outros*, na Despesa de 2017, entraram valores de despesa realizada com o Grand Trail, com as provas de atletismo, ou seja, eventos que não estavam perfeitamente discriminados nesse documento. No Orçamento de 2018 também existem rubricas deste tipo, para dar guarida a eventos que possam vir a acontecer e que não estão identificados. Explanou que se não foi executada a receita, também não foi executada a despesa, consequentemente, tem que ser feita a alteração e tem que ficar acima da taxa de execução de 85%, sob pena de a Câmara poder vir a perder financiamento do Estado nos próximos anos. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas questionou sobre se o valor de setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco euros (715.405,00€) resulta de um somatório. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, solicitou a palavra para prestar esclarecimentos sobre a questão levantada pelo Senhor Vereador Francisco Elvas. Explanou que o valor mencionado pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, diz respeito a parte dos reembolsos relativos à Biblioteca e o Turismo, que se prendem com a Regeneração Urbana; do Parque Botânico da Fábrica do Rio, cujo projeto não avançou, pois houve um atraso e está prevista a obra para 2019, são cento e doze mil euros (112.000,00€); o montante de cento e quarenta e quatro mil euros (144.000,00€) destina-se à Reabilitação Urbana, designadamente, para a rotunda e passeios que foram executados, sendo que essa verba só será recebida em 2018; no que concerne à Modernização Administrativa, são cento e sessenta e seis mil euros



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

(166.000,00€), cujo valor já foi pago pelo Município, mas a candidatura ainda não está aprovada; o Combate ao Abandono Escolar, é uma candidatura imaterial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, que também ainda não teve aprovação, são cento e vinte e oito mil euros (128.000,00€); a Programação Cultural em Rede são quarenta e três mil euros (43.000,00€), montante que ainda não foi recebido; há trinta e seis mil euros (36.000,00€) de Ações PROVERE, de eventos da Feira Antiga, do Grand Trail, dos quais ainda não tinha sido recebida qualquer verba, contudo estas despesas já estão realizadas. -----

Por outro lado, há a requalificação das escolas de Manteigas, que envolve o montante de cento e cinquenta e três mil euros (153.000,00€), que se destinava a ser utilizado na Escola de Hotelaria de Manteigas, contudo, em agosto de 2017, os juristas da CCDR consideraram que essa verba apenas podia ser utilizada nos edifícios do Primeiro Ciclo e Pré-Primária, sendo que será utilizada, principalmente, nas coberturas. Explanou que, sem contar com a Biblioteca e o Turismo, já são seiscentos e vinte e três mil euros em reembolsos (623.000,00€). -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, reconheceu a necessidade de ser feita a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, sendo que não via qualquer inconveniente que se verifiquem uma ou várias Revisões, na medida em que estes documentos são programados a quatro anos, ou seja, em quatro anos de previsão é natural que aconteça algum desvelo a este nível. Contudo, no seu ponto de vista, o documento das Grandes Opções do Plano de 2017 não têm nada extrapolado para o ano de 2018, e isto prende-se com o Plano de Atividades e Orçamento para 2018. Declarou que, somente, quando tiver as GOP's de 2017 com essas alterações, é que se sente confortável para analisar os documentos. Indicou que, enquanto não tiver essa extrapolação para 2018, apenas tem conhecimento que foram retiradas verbas de rubricas e não menciona o que transita para 2018. Só após essa alteração terá conhecimento do que conta para justificar uma transmissão de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€) para as GOP's de 2018. Explanou que pretende que o mapa das GOP's seja completado com o que foi retirado, que dele conste a nova proposta das GOP's, caso contrário fica sem elementos que sustentem a apreciação do Plano de Atividades para 2018. -----

----- O Senhor Presidente informou que as propostas estão explanadas no Orçamento para 2018. Recordou que o procedimento que está a ser utilizado para executar a 2ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2017, é, precisamente, igual ao que foi realizado pelo anterior Órgão Executivo no ano de 2016. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, fez uso da palavra para explicar que apenas pretendia ser esclarecido e ter conhecimento sobre os compromissos que resultam desta 2ª Revisão as Grandes Opções do Plano de 2017, e que justificam o que vem explanado no preâmbulo do Plano de Atividades e Orçamento, onde é referido que há compromissos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assumidos no montante de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), que transitam para o ano de 2018, a somar às despesas correntes, o que só por si limita a ação do novo Órgão Executivo. Indicou que se os compromissos já vêm de trás com justificação, em nada fica limitada essa ação do Órgão Executivo. Por outro lado, neste documento da 2ª Revisão das GOP's de 2017 não está explanado o que fica comprometido para o ano 2018, explicou que pretendia saber quais são as rubricas que valem um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€). -----

----- O Senhor Presidente explicou que no Orçamento para 2018 é mencionada a sequência de projetos que não foram realizados em 2017. Os compromissos para 2018 estão referenciados nas GOP's de 2018, sendo aí apresentado o "Executado" e tem uma coluna de "Realizado". No que concerne ao que vem explanado na Introdução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, esclareceu que é dito que *"os compromissos que transitam de 2017 ascendem a mais de 1.800.000 euros a somar às despesas de gestão corrente num orçamento de 6.615.000 euros, o que por si só limita a ação do novo executivo na projeção de novas ações"*, em suma, se há compromissos que vêm de trás, isso tem que limitar a execução de novas opções. -----

O Senhor Presidente solicitou à Senhora Dra. Elisabete Dias que prestasse esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, no uso da palavra, explicou que a estrutura do mapa relativo à Revisão do Orçamento não pode ser modificada, porque é uma estrutura que está definida na lei. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indicou que ao verificar-se uma alteração às Grandes Opções do Plano, a configuração do mapa também tem de ser alterada. Fez referência a que no mapa das GOP's existem mais três colunas, que se podem preencher, que são as GOP's alteradas, pois caso contrário nunca se teria um documento final com as GOP's que foram aprovadas. Neste contexto, quem for a avaliar as GOP's que determinaram o ano de 2017, fica sem saber, através deste documento, quais as GOP's que foram apresentadas no início do ano e as alterações que posteriormente ocorreram, através da Revisão Orçamental. Questionou sobre que GOP's é que ficam em vigor depois das duas Revisões Orçamentais. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, esclareceu que para executar o pretendido pelo Senhor Vereador José Biscaia, teria que efetuar o lançamento da Revisão nas GOP's do ano de 2017 sendo que isso apenas é possível depois da sua aprovação pela Assembleia Municipal. Explicou que o serviço de Contabilidade pode tirar um mapa dos compromissos que estão assumidos para o ano de 2018, mas será sempre um documento distinto do documento da Revisão Orçamental, no documento em causa não pode ser introduzida essa informação. Declarou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

após se lançar a Revisão Orçamental pode-se tirar do programa a Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano, tal como elas estão no final do ano. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, questionou sobre se não pode ser feita uma tese com as alterações que esta Revisão vem introduzir às GOP's. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias declarou que tal não é possível, porque a Revisão Orçamental não está lançada e tal só pode acontecer, após a Assembleia Municipal aprovar esta 2ª Revisão Orçamental. Explicou que, à data, apenas era possível tirar do programa um mapa da Execução Orçamental das GOP's, mas sem as alterações contempladas nesta Revisão; tal só é possível após aprovação do Órgão Deliberativo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia perguntou com que GOP's é que a Câmara está a governar, após se fazer esta alteração. O documento das GOP's é para 2017, 2018, 2019 e 2020. Se as Grandes opções do Plano sofrem alteração, passam a ter uma nova configuração, sendo que altera o ano de 2018 e, possivelmente, o ano de 2019. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, elucidou que as GOP's que estão em vigor, estão explanadas no documento em apreciação, sendo que tem que se juntar a esse documento as alterações desta Revisão Orçamental. Este documento contém a dotação inicial, o valor que foi retirado de cada GOP e o montante que fica em cada uma. Alertou que esta Revisão recai sobre o Orçamento de 2017 e não sobre o Orçamento de 2018. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia inquiriu sobre se após a aprovação da 2ª Revisão Orçamental, já seria possível manifestar neste documento a Execução das GOP's, com todos os elementos do ano de 2018 e anos seguintes e se seria possível fazer um ensaio para o lançamento da Revisão Orçamental. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias explanou que tal não é possível de fazer nas GOP's de 2017. Referiu que o ensaio requerido pelo Senhor Vereador José Biscaia não pode ser realizado. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, levantou a seguinte questão: uma vez que, não era possível realizar esse ensaio como é que se faz o Orçamento para 2018. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias esclareceu que o Orçamento é realizado com base nos Compromissos Plurianuais que estão assumidos e nesse contexto, pode retirar do programa um documento por rúbrica, onde estão os compromissos assumidos para os próximos anos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, pediu a palavra, clarificou que não tinha nenhuma animosidade em fazer revisões, quando são necessárias, sendo que neste caso em específico trata-se apenas de um acerto de contas, para acertar as receitas e as despesas, com o objetivo do Município não entrar em incumprimento. Explicou que apenas pretendia ter



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conhecimento da incidência que esta Revisão Orçamental faz no final de 2017, sendo que depois têm que ser feitas novas GOP's. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pela Dra. Elisabete Dias, por último questionou-a se já alguma vez tinha realizado um ensaio do género que foi solicitado pelo Senhor Vereador José Biscaia. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias respondeu que nunca realizou tal ensaio, visto que, ao lançar-se a Revisão Orçamental no programa tem que ser colocada a data em que foi aprovada pela Assembleia Municipal, se não tiver a data de aprovação não entra em vigor no Orçamento.

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, aprovar a revisão nº 2 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre a alteração nº 16 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

----- Foi presente, para deliberação, a alteração nº 16 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração nº 16 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018: apreciação e deliberação sobre a remessa para a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2018, nos termos do previsto no nº 1, do artigo 45º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, fez uma explanação sobre esta matéria. Referiu que estes documentos foram elaborados pelo serviço de Contabilidade do Município, tendo em consideração os meios financeiros, em termos de receita e de despesa e as ações a desenvolver em dois mil e dezoito. Aludiu que o que está previsto neste Plano e Orçamento resulta, em grande parte, de compromissos assumidos anteriormente, em particular no Plano de 2016, mas também é referido, claramente, que há neste Plano de Atividades e Orçamento para 2018, opções e projetos que são perfeitamente necessários, são opções que foram assumidas por várias forças políticas, nomeadamente, por duas forças políticas do anterior Executivo, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Recordou que, no mandato anterior houve ações que foram sendo desenvolvidas e outras que foram introduzidas nos Planos de Atividades e Orçamentos, nos diversos anos até 2017, que tiveram a concordância, ou pelo menos não



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tiveram a oposição do Partido Socialista, dado que se abstiveram nessa votação, até porque concordavam com a maior parte das ações que estavam a ser desenvolvidas. -----

Reiterou que, efetivamente, o exercício que está nestes documentos para 2018, resulta muito de compromissos assumidos, na ordem de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), num total de despesa de seis milhões, seiscentos e quinze mil euros (6.615.000,00€), sendo a despesa corrente e despesa de capital, absolutamente, significativa. Prosseguiu referindo que houve o cuidado de se escrever, na Introdução deste documento, que este Plano de Atividades tem a participação de todo o Órgão Executivo, quer nas opções que já vêm de trás e que têm que se manter, no sentido de realização de despesa, mas também na cativação da receita, uma vez que se há candidaturas realizadas, é necessário contar com as mesmas para dois mil e dezoito, na execução de projetos que aqui são desenvolvidos. Por outro lado, mencionou que no dia 16 de novembro, solicitou aos Senhores Vereadores que apresentassem propostas para o Orçamento. Houve a apresentação de propostas por parte do Senhor Vereador Francisco Elvas, que foram discutidas, algumas delas foram introduzidas neste documento, em termos de descrição das ações que vão ser desenvolvidas, em termos de receita e de despesa. No seu entendimento, há condições, suficientemente abrangentes, para enquadrar as opções das diferentes forças políticas presentes na Câmara. -----

Recordou que, em relação às matérias que vêm de anos anteriores e com algum relevo, até no sentido da sua afirmação no futuro, se forem bem implementadas, com o recurso aos fundos comunitários, em devido tempo e com uma gestão rigorosa do Orçamento, por forma a não se chegar ao final do ano e ter que se realizar uma Revisão Orçamental, para se enquadrar aquilo que foi realizado, no documento que neste momento se apresenta aos Senhores Vereadores para deliberação. -----

No que diz respeito às Grandes Ações que estão plasmadas neste documento, em termos de receita e de despesa, salientou no que diz respeito à receita corrente, os financiamentos do IEFP, do PEPAL, da CPCJ, da Cultura em Rede e da ADIRAM. No que diz respeito às despesas de capital e investimento, é referido, como relevante, nas Grandes Opções do Plano, mas também no Orçamento, o valor de cento e cinquenta e três mil euros (153.000,00€), relativo à requalificação das escolas para 2018 e anos seguintes; quarenta e dois mil e quinhentos euros (42.500,00€) respeitantes ao Combate ao Abandono Escolar; vinte e um mil, duzentos e cinquenta euros (21.250,00€) para o Largo da Liberdade, sendo que se pretende terminar todo o processo de concurso da Praça Central da Vila e depois para 2019 e para 2020, a restante verba, que tem alguma relevância, sendo que será só nessa altura, uma vez que, segundo a CCDDR, somente em 2019 é que haverá possibilidade de se assinar o contrato de financiamento para a obra; cento e trinta mil e cinquenta euros (130.050,00€) para o Parque Ambiental da



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fábrica do Rio, que é um projeto que está em curso, neste momento a candidatura já está formalizada, é quase certo o seu financiamento, falta apresentar o projeto que já vem de trás; duzentos e dezasseis mil, setecentos e cinquenta euros (216.750,00€) para a Sotave, mais especificamente, para os arranjos exteriores, telhado e edificação de todos aqueles espaços envolventes, retirar todo o entulho, ajardinar, tornar o espaço mais agradável e atrativo para quem se queira fixar naquelas instalações. Esta é uma candidatura que ainda não está elaborada, será feita, contudo há a garantia de sucesso e de financiamento; na eficiência energética, através da ENERAREA, há oito mil, novecentos e vinte e cinco euros (8.925,00€); cinquenta mil e cem euros (50.100,00€) estão previstos para a rede de água e saneamento; quarenta e dois mil, duzentos e quarenta euros (42.240,00€) na Modernização Administrativa, (houve despesa paga em 2017 e o financiamento ainda não foi recebido); no Ribeiro da Vila o valor de três mil e seiscentos euros (3.600,00€) já está pago e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta euros (148.750,00€) estão para pagamento; sessenta e oito mil euros (68.000,00€) na reabilitação do Bairro do Alardo, cuja candidatura está neste momento a ser elaborada e oitenta e cinco mil euros (85.000,00€) nos edifícios sociais Vale de Amoreira e de Sameiro. Indicou que, em particular, nesta última Freguesia, o edifício onde está o restaurante e a Junta de Freguesia, devido à necessidade de uma intervenção, existe em curso uma candidatura para reparação desses telhados. Sem suma, estes são os investimentos financeiros que se destacam, em termos de ações mais relevantes e com possibilidade de execução de investimento em 2018. ----

No que concerne à parte explicativa das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, destacou uma matéria, que do seu ponto de vista, é interessante, e prende-se com a readaptação do serviço da Câmara às necessidades reais. Fez alusão ao Mapa de Pessoal para 2018, que foi anexado a este documento, também, para apreciação e votação. Prosseguiu explicando que, neste Mapa de Pessoal há a previsão de inclusão de nove postos de trabalho, para colmatar as deficiências nos serviços. Especificou que do serviço de Recursos Humanos saiu, recentemente, uma técnica, cuja qualidade profissional era de conhecimento de todos, assim como, o valor que tinha para a Câmara, como tal, o lugar terá que ser provido. A pessoa em causa deixou de trabalhar no Município, para se dedicar a um projeto pessoal, que pensamos que será de sucesso. Por outro lado, verifica-se a existência de um arquiteto que vem à Câmara uma ou duas por semana, no máximo, e que está contratado por uma empresa, a quem a Câmara paga pelos serviços prestados, sendo que a Autarquia deveria ter um arquiteto no Quadro, até para não haver incompatibilidade entre quem aprecia projetos e quem, eventualmente, possa também estar ligado à área da arquitetura em Manteigas. -----

O Senhor Presidente referiu que no serviço de Contabilidade, existem duas funcionárias que estão contratadas por empresas externas à Câmara, em trabalho contínuo e dependente da



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estrutura da Câmara, tendo forçosamente de serem substituídas por funcionárias do Quadro. Explicou que com esse intuito, pretende-se abrir concurso para provir esses dois lugares, no serviço de Contabilidade (um Técnico Superior e um Técnico Administrativo). Explanou que, pretende-se, também, abrir um lugar para Eletricista, porque o valor que a Câmara está a gastar, há uns anos a esta parte, com ajustes diretos consecutivos, é demasiado elevado para as possibilidades orçamentais do Município. Verifica-se, ainda, a necessidade de contratar um coveiro, porque cada vez que é necessário executar o serviço de cemitério, têm de se mobilizar funcionários da equipa do exterior, de determinadas áreas, o que causa constrangimentos ao serviço. Por outro lado, nem sempre são os mesmos funcionários a realizar esse serviço, não é pessoal especializado e não está habituado a realizar essa tarefa, consecutivamente. -----

Deu conhecimento que, recentemente, ocorreu a aposentação de um motorista e existe a informação que, mais dois motoristas têm a intenção de formalizar o pedido para a aposentação, como tal, há a necessidade de provir esses lugares. Em suma, explicou que não se trata de contratar mais funcionários para o Quadro da Câmara, mas de suprir as necessidades do serviço. Inclusivamente, considerou que a entrada de funcionários, em substituição das empresas que neste momento prestam serviço à Câmara, torna-se mais rentável para a Autarquia, dado que desta forma, o Município já não tem que pagar o IVA e os lucros que essas empresas teriam que retirar, desses serviços que prestam à Câmara. Por outro lado, trata-se também de regularizar uma situação, que segundo informações técnicas pode não ser a mais correta, porque trata-se de trabalho dependente, contínuo, específico e que é necessário realizar todos os dias, como tal, não deve ser feito através da contratação de serviços, mas sim, através da contratação de pessoal para o Quadro. Questionou os Senhores Vereadores sobre se desejavam usar da palavra sobre esta matéria. Verificando a intensão do Senhor Vereador José Cardoso em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, declarou que não adianta fingir, como se faz na Introdução do Plano de Atividades e Orçamento, que o Plano aprovado, por unanimidade, em outubro de 2016 não é, também, coisa do atual Presidente de Câmara. Mesmo que tal não tivesse acontecido, é referido na página 29 de 30 das GOP's, "*nos termos do n.º 3 do artigo 44º do RFALEI, os limites definidos no quadro plurianual de programação orçamental, elaborado em conformidade com as disposições previstas no n.º2 do mesmo artigo, "são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes."* -----

Apesar de em reuniões anteriores terem sido solicitados os mapas de dívidas a fornecedores, de compromissos por realizar, que ainda não foram entregues, relativamente ao saldo das operações orçamentais é entregue em cada reunião, o mapa da execução orçamental foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

entregue nesta data e o mapa das candidaturas a fundos comunitários foi disponibilizado, contudo, não está devidamente atualizado, uma vez que é referente à data de vinte de outubro de 2017. Declarou que sem essa informação não é possível conhecer a situação atual do Município, pelo que a apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018 não pode ser feita com rigor o exigido, designadamente, verificar se o saldo de gerência no montante de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) é ajustado. -----

Mencionou que, ainda assim, tinha algumas notas, recomendações e propostas que pretendia apresentar e algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas. -----

No que concerne à receita referente à participação comunitária em projetos co-financiados, apresenta uma dotação de um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€); considerando que a despesa de alguns projetos tem a despesa repartida para 2018 e anos seguintes, designadamente, o Centro de Energia Viva de Montanha – cem mil euros (100.000,00€) em 2018 e quatrocentos mil euros (400.000,00€) em 2019; o Parque Ambiental da Fábrica do Rio, que tem cento e cinquenta e três mil euros (153.000,00€) num ano e setenta mil euros (70.000,00€) no ano seguinte; o Abandono e Insucesso Escolar, que tem 50.000€ + 100.000€ + 100.000€ + 50.000€. Aludiu a que, no seu ponto de vista, este valor está em duplicado, seria o valor de cento e cinquenta e um mil euros (151.000,00€) e não os trezentos e dois mil euros (302.000,00€). Face ao exposto, solicitou que tal fosse esclarecido. Sendo essa verba para executar no Quadro 2020, ou seja, em três anos, está no Orçamento para quatro ou cinco anos. Há que considerar a redução de valores superiores a quatrocentos mil euros (400.000,00€) na receita, face à opção de adiamento dos investimentos para anos seguintes e devido à circunstância de alguns desses projetos não terem sequer as candidaturas elaboradas. -----

Explicou que com isto, queria dizer que em vez de se ter uma dotação de um milhão e cem euros (1.100.000,00€), dever-se-ia ter em função da despesa executada. A título de exemplo, indicou que o Centro de Energia Viva de Montanha, no ano de 2018, só tem um investimento de cem mil euros (100.000,00€), portanto a contrapartida comunitária é apenas de oitenta mil euros (80.000,00€) e não de quatrocentos mil euros (400.000,00€), como foi aprovada a candidatura. Aludiu que a receita está sempre ligada à despesa que for realizada e é preciso que os financiamentos sejam pagos a tempo e horas, porque há sempre atrasos. Por outro lado, há uma situação nova, que não tinha grande impacto em anos anteriores e que agora passa a ter, prejudica a gestão da Câmara, e como tal, é necessário retificar, que se trata do facto de não existir classificação orgânica para as receitas correntes de projetos co-financiados. Antigamente, quase todas as candidaturas eram receita de capital e agora começa a haver as ações PROVERE, o Combate ao Abandono de Insucesso Escolar, que são ações imateriais, serão receita corrente e vão obrigar a Câmara a utilizar receita de capital em despesa corrente, que é



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aquilo que só se pode fazer com empréstimos. Se no passado os valores eram quase irrisórios, agora começam a ser valores que podem prejudicar o desempenho e a melhor gestão da receita e da despesa corrente da Câmara. -----

Na rubrica 050703 – Empresas privadas (Generg), prevê uma receita de cem mil euros (110.000,00€) (igual ao ano corrente), sendo que dada a fraca pluviosidade em 2017, a receita será, naturalmente, muito inferior. Na rubrica 06051 está prevista uma receita de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) – Saldo de Gerência para 2018, que muito dificilmente se concretizará. -----

No que diz respeito à despesa, indicou que, considerando que as ações com financiamento comunitário propiciam condições muito mais favoráveis para o Município, não se entende que algumas dessas ações não sejam consideradas prioritárias, tal como acontece com o Centro de Energia Viva de Montanha, com 25% da despesa em 2018 e 75% em 2019. Em oposição, disse que não se explica, nem se justifica, o investimento de duzentos e cinquenta e cinco mil euros (255.000,00€), que prossegue com duzentos e dezanove mil euros (219.000,00€) em 2019, na Sotave, sem que se saiba da aprovação de qualquer candidatura em Áreas Industriais Abandonadas (a candidatura não foi sequer apresentada) e sem que o regulamento de cedência de espaços na Sotave contemple tal situação (só é possível executar obras na Sotave com candidaturas aprovadas pela Câmara ou pelo arrendatário). Prosseguiu referindo que, o aparente interesse no apoio à criação de postos de trabalho, não tem confirmação na dotação dos programas de apoio ao emprego, pois o *Manteigas Pró-emprego* só tem setenta e cinco mil euros (75.000,00€), (quando em 2017 teve cento e trinta e dois mil euros (132.000,00€)) e o *Emprende* + quarenta mil euros (40.000,00€), que se esgotarão na primeira candidatura que venha a ser aprovada. Explanou que em função dos postos de trabalho que, seguramente, serão criados em 2018, estas verbas são manifestamente insuficientes, é de conhecimento o que está em curso, a abertura de estabelecimentos que vão ocorrer em 2018 e como tal, é preciso reforçar, e bastante, estas rubricas. -----

Fez alusão a que o programa de execução do PDM deveria ser a linha orientadora das estratégias e das políticas de desenvolvimento local, tanto mais que obteve amplo consenso nos Órgãos Municipais. Verificam-se frequentes omissões de ações previstas no plano. No que toca ao planeamento verifica-se que são considerados os Planos de Pormenor das Penhas Douradas, Covão da Ponte e Covão da Ametade. Só por lapso, grave, se pode considerar a omissão da UOPG da Relva da Reboleira, tanto mais que é o único espaço de que o Município é proprietário. Declarou que outra omissão grave é também o Centro de Ciência Viva, depois da disponibilidade da representante do governo para esta ação. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Concluídos e entregues no final do mandato, não se verifica nestes documentos uma linha para o plano estratégico de comunicação do concelho de Manteigas, nem para o plano estratégico de salvaguarda do património cultural imaterial do concelho de Manteigas, tendo sido este um projeto participativo da população e dos técnicos da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que esse projeto está contemplado no Plano de Atividades, contudo não tem essa denominação. Explanou que o único projeto que teve conhecimento que teve a participação dos técnicos da Câmara e da população é o Projeto “Manteigas d’ outrora”. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, dando continuidade à sua explanação, indicou que o projeto por si mencionado também teve a participação conjunta da população e da Câmara. Referiu que estando previsto que outras localidades além das sedes de concelho possam vir a beneficiar do programa de Reabilitação Urbana, em segunda chamada, não se entende a omissão da constituição de ARU's em Sameiro e Vale de Amoreira. -----

Considerou que a Agenda Cultural é muito similar à de 2017, deixa de ter o Festival de Outono para incluir Atividades de Outono. No seu ponto de vista o termo “atividade” não atrai visitantes de fora do concelho; é criada uma nova atividade para assinalar o dia internacional da mulher, contudo é eliminado o Festival da Juventude, depois do enorme êxito das duas primeiras edições. Declarou que não é assim que se reforçam as regalias do cartão da juventude, previstas no programa eleitoral do PS. -----

No que respeita à Escola de Hotelaria, mencionou que teve uma pequena intervenção no final do verão, tem um exigente caderno de encargos, que justifica que se prossiga a sua manutenção, cerca de trezentos mil euros (300.000,00€) de despesa nos próximos anos. Relativamente à proposta do quadro de pessoal, com a prevista criação de nove postos de trabalho, a que se junta o reforço da dotação da rubrica membros de órgãos autárquicos (no valor de quinze mil euros (15.500,00€) (para dois postos de trabalho), para substituição de trabalhadores que se vão aposentar e substituição de prestações de serviço. Entretanto a dotação para pessoal em regime de tarefa ou avença sobe dezoito mil euros (18.000,00€) em relação ao ano transato. Não está evidenciada que prestações de serviços vão ser dispensadas, nem as poupanças que daí advêm. Explanou que, no seu ponto de vista, é um exagero contratar duas pessoas para o serviço de Contabilidade, uma pessoa será suficiente, porque vai ter que se manter a prestação de serviços do Técnico Oficial de Contas (TOC). -----

Por outro lado, a dotação para horas extraordinárias duplica de vinte mil euros (20.000,00€) para quarenta mil euros (40.000,00€), sendo que os trinta mil euros (30.000,00€) euros para os novos postos de trabalho são claramente insuficientes. Afirmou que depois de quatro anos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

consecutivos, de redução das despesas com pessoal, em 2019 estas despesas terão um aumento significativo e inoportuno. -----

Referiu que na sua perspetiva, a rubrica de subsídios à aquisição de manuais escolares será de eliminar, uma vez que, o Ministério da Educação irá suportar essa despesa, embora não a tenha ainda liquidado na totalidade. As rubricas Reabilitar para Arrendar, PERID e PAPF têm no conjunto dotações de cinquenta mil euros (50.000,00€), que são manifestamente insuficientes. Alertou que nas transferências para as Freguesias repete-se o erro do ano transato, indicando-se para todas elas "Limpeza Urbana", quando deveria mencionar-se: *"conforme acordo de execução celebrado em tal data"*, sendo que julgava que de acordo com a Lei, os contratos terminam com o final de mandato, mas concede seis meses ao novo Executivo para aprovar novos contratos. -----

O Senhor Vereador José Cardoso disse que não ia fazer referência às cerca de cinquenta ações mais relevantes, incluídas no programa eleitoral do PS, em relação às outras começariam a falar a partir de outubro, aquando da apresentação do orçamento para 2019, que como se sabe já tem uma dotação ligeiramente superior a 2018, sem novas ações. Considerou que as GOP's para 2018 não são mais que um *"copy/paste"* do orçamento para 2017, a que foram adicionadas as ações do orçamento participativo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, solicitou a palavra, indicou que são do conhecimento de todos os problemas de Manteigas, além daquele que se prende com o facto de não termos capacidade financeira, para nos lançarmos em altos voos, mas é suficiente para manter a esperança de que as coisas têm que mudar. É do nosso conhecimento que o concelho tem poucos habitantes, sendo uma população maioritariamente idosa e que possui uma baixíssima taxa de natalidade; Por outro lado, temos uma dificuldade muito grande em segurar os jovens, até porque o Município dá-lhes uma espécie de passaporte para sair, que são as Bolsas de Estudo, contudo depois não tem um passaporte de retorno, o que é uma infelicidade. Sabemos que falta espírito empreendedor em Manteigas, que apenas conta com meia dúzia de empreendedores. Pela positiva, o concelho tem uma natureza com uma altíssima qualidade, tem condições, mas condições não são produtos. Verificam-se condições para o desporto, e aí já vai tendo algum produto; tem a água, que é uma marca distintiva para Manteigas e o ar de qualidade. Manteigas já faz parte dos roteiros de visita há muito tempo. Aliás nos últimos quatro anos, o número de visitas a Manteigas aumentou substancialmente de acordo com os dados oficiais e integrará o mapa de destinos turísticos, a julgar pelos hotéis que estão em construção ou requalificação. -----

Manteigas quando tiver o hotel da Fonte Santa, a Pousada qualificada e mais os hotéis que estão em construção, passa a ser um destino e não uma zona de passagem turística. Se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

analisarmos as grandes potencialidades do concelho, elas estão na natureza e nas condições naturais, mas agora com os hotéis em curso teremos um turismo muito bem identificado e configuraremos uma rota turística a integrar o mapa dos destinos turísticos de Portugal. Assim sendo, disse que via este Plano com uma grande mágoa, porque as verbas para divulgação e para criação de atratividade são minúsculas. Se o objetivo é criar emprego, favorecer o turismo, e um conjunto de matérias que todos defendem, considerou que este Plano não está formatado para atingir esse fim. -----

Declarou que o programa de divulgação, quer com outros concelhos, quer para os nossos programas, está altamente deflacionado. Considerou que se deve ter na primeira linha essa grande preocupação, como se teve ao longo do tempo. Será necessário, disse, dar um incremento à nossa visibilidade, pelos meios previstos no documento, contudo não é suficiente. Temos que ter uma intensidade muito maior para divulgar Manteigas, pela natureza, pelas condições para o desporto, pela água, pelo ar, pelo roteiro de visita, por tudo o que temos de bom e de alta qualidade. Disse que, no seu ponto de vista, é um erro terrível não dar à divulgação mais verbas e atenção, em detrimento de obras materiais, porque já não há muita necessidade de a Câmara fazer obras, visto que a população está a reduzir, não há crianças e mais de metade das casas no concelho estão sem utilização, o que significa que há a necessidade de repensar o Plano de Atividades. Por isso, reiterou ser importante a divulgação, o apoio ao investimento, e neste último, tal como já foi referido, o montante que lhe está destinado é insuficiente. -----

Defendeu que é pertinente fazer o apoio ao investimento, e não esquecer o apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, tendo recordado a AFACIDASE, que pretende criar um Centro de Internamento para os nossos utentes com deficiência, tendo sido apontado, como local de instalação desse Centro, o Colégio Nossa Senhora de Fátima. A este propósito considerou que o edifício da Segurança Social, junto à Santa Casa da Misericórdia seria o local mais adequado para esse efeito, por permitir ter acesso a um conjunto de serviços, como sejam os Cuidados Continuados. Do seu ponto de vista, esta seria uma proposta que se devia fazer à AFACDASE. - No que concerne ao Planeamento do Território, recordou que no seu mandato tinha dado orientações para conclusão do Plano de Pormenor das Penhas Douradas. O Plano Diretor Municipal do concelho aponta como mecanismos de intervenção, as unidades operativas, UOPG's. Atendendo a que o Complexo da Relva da Reboleira tem tido dificuldades de gestão, é apontada como solução a construção de bungalows, mas é preciso uma UOPG para esse fim. Recordou que este Orçamento contempla os Parques de Campismo dos dois Baldios, os Covões D'Ametade e da Ponte, que são duas referências do concelho, contudo, é necessário dar prioridade à Relva da Reboleira, propriedade do Município. As ARU's, tal como já foi referido,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

foram só autorizadas para as sedes de concelho, ainda assim, considerou ser indispensável ter uma ARU para Sameiro e outra para Vale de Amoreira. Indicou que atendendo a que o Município já dispõe do PERID, as ARU's podem ser uma forma de determinar a prioridade na sua aprovação conforme estejam ou não fora da zona da ARU, e também, porque nas Áreas da ARU há financiamentos para além dos que advêm da Câmara, por exemplo, do Banco Europeu de Investimento. Com as ARU's criadas o Município garantiu as dotações financeiras de quatrocentos e quarenta mil euros (440.000,00€), para projetos municipais, designadamente, o Projeto da Praça Municipal e o exterior da Fábrica do Rio. É pouco, mas há promessa da CCDRC para a sua revisão. -----

Frisou que quase tudo o que apontou não envolve grande dinheiro no Orçamento e nalguns casos é gratuito. O despistar de novas origens de água é um desses casos. É do conhecimento que no concelho existe a possibilidade de explorar mais água termal, assim como, existem outras linhas de água igual à da Fonte Paulo Luís Martins, que permitem fazer a exploração e engarrafamento, contudo é necessário investigar, fazer o despiste destas e de outras origens de água. Referiu que, no seu ponto de vista, a água será uma grande riqueza e atratividade de Manteigas. Realçou a necessidade de intervenção nas redes de água e saneamento, que darão a possibilidade de reduzir mais de duzentos mil euros (200.000,00€) de despesa ao Município, no fim do ano. Ficou garantida a elaboração do cadastro das redes, contudo o Plano só faz referência ao Ribeiro de Sameiro e reencaminhamento dos pluviais, o que no seu entendimento é insuficiente. Recordou que é premente perceber-se onde são entregues as águas particulares, porque muitas delas estão a entrar na rede de saneamento. Há um conjunto de águas, mesmo de regadio, que não são desviadas, originando custos para a Autarquia. Como tal, é urgente fazer-se este levantamento, como consta de um Plano já existente e falta ser concretizado. No que concerne à "alta" do saneamento e à "baixa" da água, há uma proposta do Governo para financiamento da reposição das Redes. A indicação de que o Município quer substituir as redes, deve constar do Orçamento. -----

No que concerne à instalação de LED's, na sua opinião, a Câmara deve abrir de imediato o concurso para instalação, como aliás já aconteceu com um ou dois concelhos da nossa área geográfica. A iluminação pública LED deve ser uma realidade, a que se anexará o WI-FI. destacou que o Orçamento para 2018 faz referência a algumas intervenções acordadas já com a ENERAREA, designadamente, às bombas de calor a instalar e um ponto de carregamento elétrico. Disse que lhe parecia serem dois pontos. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que apenas estava previsto um ponto de carregamento elétrico. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Biscaia prosseguiu a sua explanação, referindo que é necessário alterar os Regulamentos dos PERID's, contemplando neles a qualificação energética. No que diz respeito aos telhados da Sotave e da envolvente, considerou que o que é realmente prioritário é o telhado. Fez alusão ao Passadiço do Zêzere e a outro projeto que deveria ser implementado, que é o Passadiço Manteigas Penhas Douradas. Referiu que, ao tempo, foi apresentado um ante esquiço da possibilidade de ligar Manteigas às Penhas Douradas, através de um passadiço, o que na sua perspetiva é importante e se trata de uma grande viragem, relativamente ao turismo no concelho. Neste contexto, explanou que se devia fazer uma parceria com uma ou mais empresas, em que a Câmara tenha um custo quase nulo, em termos de intervenção e financiamento. Fez referência a uma candidatura com a Câmara ao Programa de Turismo para Todos, em que cinco dos seus percursos estivessem preparados para serem percorridos por pessoas invisuais e com deficiência motora. Essa candidatura foi apresentada, mas nada consta do Plano. O Orçamento faz uma referência aos percursos, desconhece se é para limpeza dos mesmos ou se é para homologação; os percursos têm de ser homologados e não estão. -----

No que concerne ao bar e restaurante de Sameiro, disse que ambos fecharam, trata-se de equipamentos da Câmara, como tal, é necessário ter uma intervenção muito rápida no local, para que o espaço não se degrade, mesmo que, eventualmente, se mantenha a situação a decorrer no Tribunal, mas é necessário reabrir o espaço com celeridade. -----

----- O Senhor Presidente fez uso da palavra para esclarecer que a situação do pagamento das rendas em atraso foi resolvida nesta data e a chave foi entregue ao Município. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia prosseguiu a sua explanação e referiu que os eventos em Manteigas devem ter uma designação distinta de "Atividades", de modo a conferir-lhes maior notoriedade, assim como, eventos que tenham uma projeção para fora de Manteigas; devem ter a participação das bandas de projeção nacional, que confirmam aos espetáculos maior notoriedade, sendo preferível fazer, alguns eventos com maior prestígio para o concelho, do que várias atividades. No que diz respeito ao Centro de Energia Viva, referiu que a Senhora Presidente da Agência Nacional de Ciência, a Senhora Professora Rosalia Vargas, incentivou o Município para promover aí o Centro de Ciência Viva e apoiou-nos, junto do Turismo de Portugal, relativamente a este projeto. Mencionou que o Centro de Energia Viva tem de ser apressado, estando o mesmo em boas-mãos, com apoio da UBI e com a Agência de Energia, sendo que no seu ponto de vista, aí poderá, com algumas alterações, instalar também o Centro de Ciência Viva. -----

Explanou que o Centro Social de Sameiro está a necessitar de obras no telhado, sendo que considera que o Orçamento contempla uma verba exígua para esse efeito. Recordou que em Sameiro houve um célebre mal-entendido, sobre a escola que foi vendida. Foi vendida a escola



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nova, porque a escola velha foi pedida pelo Presidente da Junta de Freguesia, para aí fazer um museu, que fez votos que se venha a concretizar. -----

----- O Senhor Presidente explicou que o Museu de Sameiro tem de constar do Orçamento da Junta de Freguesia de Sameiro e não do Orçamento do Município de Manteigas. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou com a sua intervenção, referiu que relativamente à Praça Central, julga que a breve trecho haverá candidaturas para o projeto, apontando-se a execução da obra para 2019. Mencionou que o Orçamento fala da floresta, contudo não faz referência a algo importantíssimo, que é a videovigilância florestal, que já foi contratualizada pela CIM, logo o Município vai ter um ponto de videovigilância, que deveria ser considerado nestes documentos. Por outro lado, disse que viu poucas referências, ou nenhuma em concreto, aos programas integrados, candidatados pela CIM, pelas Aldeias de Montanha, pelas Aldeias de Xisto, pela rede de Judiarias e algumas são de alto valor financeiro. No seu ponto de vista, havendo na Sotave uma mini-hídrica, que foi desativada, podia-se diligenciar para que a hídrica da Sotave possa ser levada por diante, eventualmente, por alguma entidade externa à Câmara, porque é necessária eletricidade para o Complexo da Sotave, do Ninho de Empresas, do Centro de Energia Viva. Indicou que se podia proclamar como tese das Grandes Opções do Plano, Manteigas ser um Município Verde por excelência, em que o consumo seria quase de auto produção. -----

No que diz respeito ao pessoal, o Senhor Vereador José Biscaia, mencionou que a Câmara fez um outsourcing com uma empresa de Contabilidade, de modo a que dois funcionários dessa empresa ficassem a trabalhar no serviço de Contabilidade, nas instalações do Município, porque houve o entendimento, que dessa forma os assuntos são tratados diretamente, contudo a responsabilidade por esses trabalhadores é da empresa, a quem a Câmara paga pela prestação de serviço. Referiu que não tinha dúvidas que o outsourcing é a melhor opção para o serviço de Contabilidade do Município, visto que, deve ser feito por alguém que consiga adaptar-se às mudanças do sistema contabilístico, que acompanhe sucessivamente toda a legislação que envolve este sector e que seja devidamente especializado na matéria. Inclusivamente, hoje-em-dia, as grandes empresas já não possuem um serviço de Contabilidade próprio. Considerou que se devia renegociar este processo com a empresa de Contabilidade, contudo, na sua opinião, o serviço de Contabilidade não deve ser constituído por funcionários da Câmara. -----

Relativamente ao arquiteto, este encontra-se a fazer uma prestação de serviços, sendo que a Câmara paga essa prestação de serviços à entidade do qual ele é trabalhador. No que diz respeito ao Eletricista, alertou para o facto que, durante uma semana normal de trabalho, não existir trabalho suficiente para ter uma pessoa a laborar a tempo inteiro no Município, por outro lado há determinadas alturas, em que a pessoa tem que trabalhar quinze horas, fins-de-semana,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 375 -

feriados, ou seja, tem que trabalhar quando o Município necessita que haja a intervenção de um eletricista. Chamou ainda à atenção, que é em eventos como a Expo-Estrela e o Festival de Outono, que os eletricistas são avocados com maior intensidade. Se o Município passa a ter um eletricista no Quadro, pode ter o problema de que essa pessoa não consiga satisfazer todas as necessidades, quando há eventos e sobra tempo nas restantes épocas. -----

A título de exemplo, referiu que a limpeza das instalações da Autarquia, não é feita por funcionários da Câmara, esse serviço é realizado através de um outsourcing. Chamou à atenção que, antes de se abrir um concurso para recrutamento de pessoal, tem que se fazer uma avaliação de toda a situação, também, para não se dar a ideia que se está a ter alguma atitude de favorecimento ou de promessas de emprego, que terão sido feitas, porventura, durante a campanha eleitoral. -----

Declarou que os documentos em apreciação apresentam um conjunto de insuficiências, que já foram narradas, que terão que ser revistas, sendo que aquela que é mais visível é a do Centro de Energia Viva, na medida em que dos quatrocentos mil euros (400.000,00€), que estão previstos em receita para 2018, apenas se prevê executar e ter em despesa oitenta mil euros (80.000,00€). Explanou que a receita só vem depois da despesa, se ainda não se executou os quatrocentos mil euros (400.000,00€) em despesa, também não se pode ter esse valor em receita, não se pode ter mais receita do que despesa. -----

----- O Senhor Presidente fez uso da palavra para prestar alguns esclarecimentos, relativamente a algumas questões que foram suscitadas pelos Senhores Vereadores. No que concerne ao Centro de Energia Viva de Montanha, explicou aquilo que está previsto em Orçamento, é de acordo com o ritmo do processo; não há ainda cadernos de encargos, nem programas de concurso para os diversos trabalhos que têm que ser realizados. Deu conhecimento que houve uma reunião com o conselho científico da UBI, no dia anterior à data desta reunião, e se até a essa altura estava algo cético em relação ao projeto, a partir desse momento ficou tranquilo, porque percebeu que através da UBI e da ENERAREIA, há um conjunto de intenções que já estão definidas. O cronograma está feito de acordo com os contactos com a UBI, de acordo com a forma como o projeto está neste momento, sem se querer correr riscos de prever, para 2018, um volume excessivo de financiamento, que depois em obra não se consiga atingir. -----

Explicou que em receita para o Centro de Energia Viva de Montanha estão oitenta e cinco mil euros (85.000,00€) e em despesa está precisamente o mesmo valor para 2018, sendo que o montante de quatrocentos mil euros (400.000,00€) será o valor global sem a componente de financiamento nacional. Indicou que tinha consigo um mapa, que elaborou, onde tem essa informação e responde à maior parte das questões que foram explanadas sobre o Orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para 2018. Em relação ao Centro de Ciência Viva, indicou que houve o entendimento de que não se devia aumentar e caso seja necessário fazer uma maior dotação financeira dessa rubrica, depois será feita uma alteração orçamental. No que diz respeito aos Passadiços do Zêzere, aludiu que é um projeto que foi definido pelo anterior Órgão Executivo, tendo sido criada, na altura, uma rubrica orçamental para o efeito. O atual Executivo apenas está a dar continuidade ao que já existia, o projeto ainda não foi elaborado. Indicou que não há possibilidade de se fazerem os dois passadiços mencionados pelo Senhor Vereador José Biscaia. -----

No que concerne à possibilidade de exploração de novas fontes de água, declarou que ainda bem que ouviu, nesta reunião, o Senhor Vereador José Biscaia indicar que há água termal na Várzea, porque o que foi dito em tempos, sobre um projeto de um parque que foi feito para esse local, é que não valia a pena, uma vez que não havia água termal. Em relação à exploração de água engarrafada, disse que o Município está a dar passos nesse sentido, uma vez que se encontra em contacto com uma empresa que poderá, eventualmente, vir a localizar-se em Manteigas, contudo é algo que não pode ser introduzido no Plano de Atividades e Orçamento, dado que não é uma despesa da Câmara. Relativamente à referência que foi feita ao Plano de Divulgação, informou que o Município está a envolver-se num projeto (cuja informação virá no futuro a reunião de Câmara) com algumas Câmaras em redor, no sentido de ser feita uma identificação e valorização do turismo; uma vez que estão a ser construídas unidades hoteleiras na região, é necessário valorizar e identificar os produtos turísticos, que possam atrair visitantes e que possam vender. Declarou que é um trabalho que está a ser desenvolvido, não comporta grandes custos e pode trazer frutos na divulgação turística do concelho de Manteigas. -----

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Vereador José Cardoso, disse que lhe disponibilizava um mapa, que tinha elaborado, como síntese, para sua própria orientação e onde estavam compilados todos os dados relativos à receita e à despesa, sendo que esse mapa respondia a grande parte das questões suscitadas. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou que lhe fosse cedida também uma cópia desse mapa. -----

----- O Senhor Presidente prosseguiu com a sua explanação, indicou que no que respeita às ARU's, irão estar atentos à possibilidade de fazer novas ARU's. Segundo o que se tem conhecimento através da CCDR, só para 2019 é que há garantias de que irá haver contratação de financiamento para a segunda fase das ARU's, que agora estão definidas. Nomeadamente, a ARU que envolve a Grande Praça Central da Vila, em que só em 2018 haverá financiamento. para este projeto. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

377 -

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia explicou que na sua intervenção, referiu-se à ARU no sistema de Planeamento Urbano, sendo que aquilo que apontou, no seu entendimento, é indispensável que seja feito, contudo não está previsto nas GOP's. -----

----- O Senhor Presidente explanou que há muitas ações que não estão previstas, que desejavam colocar nas GOP's e que não podem, porque mesmo ações que não precisem de muito abastecimento financeiro, necessitam sempre de alguma cabimentação, contudo não se pode fazer tudo. O Orçamento é limitado e isso é algo que já é referido há muitos anos. Referiu que a Relva da Reboleira não está no Plano de Atividades e Orçamento, no mesmo patamar de celeridade que está, neste momento, o Covão da Ponte e o Covão d' Ametade, porque pretende-se que estes últimos tenham a atratividade que já tem a Relva da Reboleira e que nesses espaços se possam desenvolver atividades turísticas. No que diz respeito à denominação das Atividades, concordou que podem ser designadas de "Festival". Nas GOP's e Orçamento estão definidas como Atividades, exatamente, para dar amplitude aquilo que se possa vir a fazer. -----

Alertou que há Festivais que permitem aos expositores ter algum proveito económico, sendo que era complicado gastar dinheiro num evento, sem trazer qualquer tipo de aproveitamento económico para o concelho. Declarou que não tinha garantia de que todas as ações que foram desenvolvidas no passado, tenham permitido ajudar financeiramente a população e tenham permitido aumentar o patamar económico do concelho. Por sua vez, o Festival de Outono e a Expo-Estrela, são eventos em que se percebe, claramente, que trazem retorno económico para o concelho, por outro lado há outras atividades que apenas trazem despesa. -----

No que diz respeito a Sameiro e Vale de Amoreira, informou que a Junta de Freguesia de Sameiro tem a intenção de candidatar o edifício supramencionado, para efeitos de recuperação da sede da Freguesia, sendo que a Câmara já manifestou que irá prestar todo o apoio técnico, na procura de financiamento e na elaboração da própria candidatura e do projeto. Em Vale de Amoreira há uma verba prevista para a recuperação dos telhados. Em relação à Sotave, indicou que se conseguirem que a candidatura seja aprovada, os trabalhos serão para executar, dado que neste momento há investidores que só não se fixam nessas instalações, porque não há condições. Mencionou que por outro lado, é preciso rever a ideia do espaço, há conhecimento de incumprimentos na ocupação do espaço, porque os mesmos estão destinados à criação de emprego, logo não podem estar fechados sem ter qualquer atividade. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, para retificar o valor que inicialmente tinha indicado, sendo o valor correto: quatrocentos e um mil, setecentos e setenta e cinco euros (401.775,00€). Disse que há situações que estão contempladas, que não podem entrar, visto que as candidaturas ainda não estão aprovadas, algumas ainda nem sequer estão feitas. A título de exemplo, referiu que a área de Localização de Empresas Locais –



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sotave, tem previsto duzentos e dezasseis mil euros (216.000,00€), contudo ainda nem abriram as candidaturas. No que concerne à beneficiação dos edifícios de Sameiro e Vale de Amoreira, no montante de oitenta e cinco mil euros (85.000,00€), indicou que as candidaturas, também, ainda não estão feitas, e o mesmo sucede em relação ao Passeio do Zêzere. -----

----- O Senhor Presidente elucidou que o Passeio do Zêzere tem candidatura e já tem financiamento de pelo menos cinquenta e um mil euros (51.000,00€). Esse valor diz respeito à verba que ainda não foi recebida pela Câmara, porque a CCDR não pagou os autos de medição da Rotunda da Entrada da Vila, embora o Município já tenha pago a despesa, mas ainda não foi reembolsado, uma vez que a obra foi recebida antes de a candidatura estar terminada. Portanto, esse valor é um remanescente que está aí previsto. Solicitou à Senhora Dra. Elisabete Dias que esclarecesse o facto de estar previsto em receita dos fundos comunitários o valor de quatrocentos mil euros (400.000,00€) quando as candidaturas ainda não estão devidamente aprovadas. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, no uso da palavra, explicou que a lei não obriga a ter as candidaturas aprovadas, para que o valor conste em Orçamento. Por outro lado, se não estiver previsto em receita, também não se podem abrir os projetos na despesa, portanto para se abrirem os projetos na despesa tem que se ter uma contrapartida na receita. Indicou que aquilo que obriga a ter candidaturas aprovadas e pedidos de pagamentos assinados, é a nível de fundos disponíveis, ou seja, só se pode colocar em previsão de receita, nos fundos disponíveis, quando a candidatura está aprovada pelo organismo financeiro. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou sobre qual a fonte de financiamento que se coloca no Orçamento, quando ainda nem sequer há candidaturas. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias respondeu que se coloca a designação de *Fundos Comunitários*. -----

----- O Senhor Presidente questionou a Senhora Dra. Elisabete Dias, se na elaboração do Orçamento e GOP's foi alterado algum procedimento, em relação aos anos anteriores. Tendo-lhe sido respondido que nada foi alterado. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia recordou que no ano transato foi colocado o valor de uma candidatura na receita, porque as ARU's estavam garantidas. Os financiamentos estavam garantidos, uma vez que, as verbas constantes do Pacto da CIM estão garantidas. Além deste caso, em concreto, a CIM tinha identificado para a Câmara Municipal de Manteigas trezentos mil euros (300.000,00€) para a eletricidade, cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) para a educação. O Pacto está aprovado, portanto o valor estava garantido. Neste caso em concreto, o valor em causa não está garantido por nenhum Pacto, nem está em fase de candidatura. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente explanou que os valores que constam do documento em apreciação foram facultados pelo Gabinete de Apoio ao Investimento, inclusivamente, são dados que já foram tratados há alguns meses e que estão perfeitamente definidos, com garantia de financiamento. A candidatura pode não estar feita, nem aprovada, mas tem garantias de financiamento. Verificando a intenção do Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que relativamente à Introdução havia que especificar no documento, que o Orçamento de 2017 e consequentes compromissos para 2018, foram aprovados com os votos a favor do Partido Socialista, isto é, com o voto do atual Presidente da Câmara e com o voto do anterior Senhor Vereador António Fraga, portanto é um Orçamento do PSD e do PS. Relativamente aos compromissos aí identificados, de um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e quatro euros (1.886.904,00€), referiu que a listagem dos projetos e sua execução passada, presente e futura teria sido um ótimo auxiliar para analisar a proposta. -----

O documento em apreciação refere que se aposta no crescimento da atividade turística, contudo, considerou serem palavras, absolutamente, vãs, quando o Órgão Executivo assiste estático, à atuação dos Baldios contra empresas investidoras, apesar de se ter conhecimento que no passado, nas mesmas circunstâncias, contra o Estado Português nada foi intentado. Como tal, considerou que são palavras, absolutamente, vãs, com as quais não se identifica enquanto não for tomada uma posição contra estes atos pouco dignos, que estamos a assistir em Manteigas. -----

No que concerne à terceirização de serviço versus Pessoal do Quadro, disse que tem que se analisar o que traz mais vantagem ao Município, se é a terceirização ou a efetiva contratação de pessoal. E caso a caso, em função da necessidade de admissão de pessoal, deverá ser bem fundamentada no futuro, para melhor poder ser decidida. Quanto ao capítulo da Administração Geral, aludiu que é bom esclarecer as condições de candidaturas para admissão das nove pessoas. Indicou que na Informática e Telecomunicações, na rede WI-FI estão previstos vinte e cinco mil euros (25.000,00€), é rede WI-FI aberta a todo o território. Questionou se este é o total do investimento ou se é só a metade participada pela Câmara e qual o custo da manutenção em funcionamento, visto que deve ter um custo anual. Relativamente à Cultura, está prevista a publicação de um livro “Os Trinta Anos de Concurso Fotográfico de Manteigas”, contudo através do Orçamento, não conseguiu perceber o custo desta publicação. Pediu esclarecimentos sobre o assunto. -----

No que concerne ao Festival de Outono, afirmou que não abdica do termo Festival de Outono, é uma marca de Manteigas, como tal, vamos manter as marcas. Ainda no campo da Atividade



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Cultural, fez referência à Expo Estrela de Manteigas, tendo considerado que o certame está morto. Foi importante numa determinada altura, quando apareceu, durante vários anos em que teve atividade, era muito positivo para Manteigas, contudo neste momento está morto, porque à volta de Manteigas (Seia, Gouveia, Belmonte, Guarda, Covilhã) são realizadas atividades deste género e como tal, abafa totalmente este certame. Referiu que a Expo Manteigas serve a população de Manteigas, que não tira nenhuma vantagem do evento. No seu ponto de vista, o evento deve ser eliminado. Pelo contrário, indicou que não concordava em se ter eliminado o Festival da Juventude, visto que foi retirado do Orçamento. Explanou que este Festival ocorre em agosto, precisamente, quando o concelho tem mais Manteiguenses e muitos visitantes. Como se pôde verificar nos anos anteriores, há muita gente que nos visitava, muitos estrangeiros, como tal, no seu ponto de vista, o Festival da Juventude, contrariamente à Expo Estrela, tem que ser introduzido e tem que se tentar canalizar verbas para este evento. -----

Indicou que na lista de despesas com associações, verificou que o Município comparticipa a Associação de Termas de Portugal, disse que não via qual era a vantagem de comparticipar esta Associação, como tal, solicitou esclarecimentos. Relativamente à Habitação, foi mantido o PERID, questionou como vai funcionar este Programa para as Freguesias de Sameiro e Vale de Amoreira. Solicitou que fosse especificado se são diferenciados e se tem havido candidaturas para estes Programas por parte destas duas Freguesias. Explanou que no que diz respeito ao Ordenamento do Território Urbano, o documento, em apreciação, tem três parágrafos sobre esta matéria e ele via três problemas. No primeiro parágrafo é referido o que se passa a citar: *“transposição material do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela para o Plano Diretor Municipal de Manteigas.”*. Indicou que ao ler isto ficou em pânico, porque o Parque Natural da Serra já nos condiciona, se vamos transcrever uma transposição material do Plano deles para dentro do Plano Diretor Municipal de Manteigas, ficamos estáticos e não podemos fazer nada. Fez votos que estivesse errado, tendo solicitado esclarecimentos sobre esta temática. No que concerne ao Plano Pormenor das Penhas Douradas; Plano do Covão d’Ametade; Plano do Covão da Ponte, questionou se os Baldios participam nisto, como participam, uma vez que o Município vai despende dinheiro e quem beneficia são os Baldios. ---

Indicou que em relação aos Projetos de Obras Municipais – Reabilitação Urbana, nas ARU’s, é importante ser aberto um item para Sameiro e Vale de Amoreira, nem que seja com um valor irrisório, uma vez que, neste Orçamento também se pode prever alguma verba para o ano de 2019. Concordou com os Passeios do Zêzere, contudo considerou ser demasiado alto o valor de trezentos mil euros (300.000,00€), que se vai gastar neste projeto, sendo que abrange cerca de um quilómetro. No que respeita ao Posto de Ancoragem de Autocaravanas, disse ser necessário e importante. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia interveio para alertar que o Posto de Ancoragem não pode ficar localizado junto ao Centro de Ciência Viva. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão pediu a palavra para esclarecer que, o posto de ancoragem é uma infraestrutura que está praticamente concluída, é constituída por uma estação de serviço e uma zona de estacionamento. Referiu que no que concerne à sua localização é algo que pode ser discutido no futuro, contudo o Posto de Ancoragem e a Estação de Serviço, já foi executado, só falta concluir. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas solicitou que se especificasse, do que se trata esta Estação de Serviço. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão elucidou que, será o local onde as autocaravanas poderão fazer a higienização e permanecer. As autocaravanas necessitam de higienização, ou seja, há um processo de descargas dos esgotos das denominadas caixas negras, que essas viaturas possuem, sendo que as descargas serão realizadas nesse local, além disso podem, também, aí abastecer. Explicou que associado ao posto de serviço estará um estacionamento apropriado para as autocaravanas. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas explicou que tinha solicitado estes esclarecimentos, para corroborar a ideia que tinha deste Posto de Ancoragem, sendo que face ao exposto e sendo ali instalado o Centro de Energia Viva e o Parque Ambiental da Fábrica do Rio, considerou que não fazia muito sentido ser ali instalado este Posto de Ancoragem. Relativamente à Escola de Hotelaria considerou que está omissa neste documento e o edifício necessita de uma intervenção mais profunda do que julgara. Na sua opinião, deveria ser aberta uma rubrica, nem que fosse com um euro, no sentido deste assunto ser tratado em dois mil e dezanove. Declarou ter ficado surpreendido com o Museu do Chalé dos Serviços Florestais, que é do ICNF, pediu que fossem dados mais pormenores sobre este Museu e sobre o que se pretende fazer naquele espaço. Fez alusão ao abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, referiu que segundo o que tinha percebido o projeto *CardREDES* é no fundo a monotorização de todas as redes existentes de águas e esgotos. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel Leitão esclareceu que numa fase inicial será apenas o cadastro, para se perceber o que existe. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, prosseguiu a sua explanação, referiu que no que concerne à Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, o documento refere que serão plantadas quinze mil, quinhentas e vinte (15.520) árvores na nossa zona florestal. Compreende que não seja especificado que tipo de espécies serão plantadas, contudo sendo extensíveis aos quatro Baldios de Manteigas, disse que queria perceber o que é a Câmara paga e o que é que os Baldios pagam, uma vez que os Baldios recebem imenso



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dinheiro, de diversos programas a que se candidatam, tem um *superávit* de tesouraria superior ao da Câmara. -----

No campo do Desporto, Recreio e Lazer solicitou que fossem abertos dois itens, que no seu ponto de vista são importantes, e que fazia votos que fossem possíveis de realizar. Trata-se de fazer uma cobertura para piscina e ter água aquecida para a mesma. O outro item que propunha que fosse aberto é a criação de um ginásio de manutenção, sendo que nesse caso ter-se-ia que pensar num posto de trabalho, em alguém que pusesse a nossa população a fazer ginástica. Propôs que se abrissem essas rubricas e que o assunto fosse estudado para depois ser executado em 2019. -----

Na Indústria e Energia – Ninho de Empresas, concordou que é preciso dinamizar o Ninho de Empresas, mas é algo que tem de ser trabalhado, deve-se ser mais específico. Disse que gostaria que lhe explicassem como é que essa dinamização vai ser feita, e por outro lado, que o esclarecessem sobre o que é o *COWORK*. No que concerne à Sotave e o parque empresarial da Sotave, no seu ponto de vista, o que está regulamentado para o espaço é um Parque Industrial, contudo as empresas que aí estão sediadas deveriam estar num centro de logística e não num parque industrial, porque as essas empresas são de carácter logístico. Há que clarificar isto, eventualmente, criar duas zonas, encostadas, mas independentes uma da outra, claramente identificadas para viverem juntas. Aludiu que relativamente ao Ponto de Abastecimento de Energia Elétrica para Viaturas, também tinha ouvido falar que seriam duas unidades, mas o documento apenas refere ser uma. Indicou que o assunto dos Transportes Rodoviários já foi discutido em outras ocasiões e agora voltava a trazer o assunto à colação. Deu conhecimento de que tinha falado com diversas pessoas e chegou à conclusão de que é fácil, e não é caro, criar uma rede de transportes públicos, uma carreira dentro da Vila e uma ligação às Freguesias de Sameiro e de Vale de Amoreira. Declarou ter confirmado que esta lacuna causa muitos constrangimentos pessoais, sociais e até de saúde. Inclusivamente, tem-se verificado uma grande preocupação, por parte da Câmara, em agendar os eventos o mais cedo possível, devido ao frio, às noites invernosas que temos, e esta preocupação da população também vem nesse sentido. Assim considerou, que é premente este assunto ser introduzido no Orçamento e ver como é que se resolve isso. -----

No Comércio e Turismo, aludiu que não ia falar novamente do ataque à promotora da Pousada de São Lourenço, mas recordou que se não protegemos os investidores nesta fase, a única entidade que irá perder é Manteigas. A título de exemplo, fez o seguinte raciocínio: há uma empresa que está a ser processada, a empresa ou ganha ou perde. Se a empresa ganha a unidade Baldios terá um grave problema para resolver, mas Manteigas ficará mais ou menos igual. Se a unidade hoteleira perde, o concelho fica prejudicado, porque a Pousada nunca mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ver ser acabada, perdemos o investimento no único hotel de cinco estrelas, que se calhar, almejaremos nos próximos anos. Por sua vez, o empresário que está a investir naquele espaço, processa o Estado Português, porque lhe vendeu um imóvel que não podia vender, imputa-lhe os lucros de vinte anos de atividade da Pousada que deixa de usufruir, e certamente que ganhará o processo em tribunal. Em suma, Manteigas fica com a Pousada por concluir e sem o hotel de cinco estrelas. -----

Indicou que na página 30/30 do documento em apreciação, nas receitas, o Capítulo 10 – Transferências de Capital, verifica-se em 2018, um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois euros (1.474.372,00€); em 2019, sobe para um milhão, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco euros (1.573.495,00€); em 2020, desce abruptamente para quatrocentos e oitenta e três mil e oitenta e três euros (483.400,00€); e em 2021, para trezentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e trinta euros (385.430,00€). Referiu que gostaria que fosse feita uma reflexão sobre isto, no sentido de se perceber quais são as causas desta descida abrupta, que depois no total das receitas de capital, consequentemente, vai originar um desvio idêntico. No que diz respeito às despesas com o pessoal, constatou que estão sempre a aumentar, em 2018 são no montante de um milhão, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e sete euros (1.397.607,00€); em 2019 de um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e sete euros (1.438.507,00€); em 2020 de um milhão quatrocentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sete euros (.494.507,00€); e em 2021 de um milhão, quinhentos e trinta e dois mil e setecentos e cinquenta e sete euros (1.532.757,00€). -----

Por outro lado nas despesas de capital – Aquisição de Bens e Serviços, em 2018 verifica-se o valor de um milhão, oitocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco euros (1.824.525,00€); em 2019, há o incremento para dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco euros (2.424.955,00€); em 2020, regista-se uma queda abrupta para um milhão, trezentos e trinta e sete mil, duzentos e setenta e nove euros (1.337.279,00€); e em 2021, apresenta o valor de um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil euros (1.257.000,00€). Solicitou esclarecimentos sobre esta matéria. Refletiu que, apesar do que tinha apontado, o Orçamento para 2019 tem mais quatrocentos e trinta e cinco mil euros (435.000,00€) do que em 2018. Sete milhões de euros (7.000.000,00), quando a Câmara, em média, costuma executar cinco milhões e quinhentos mil euros (5.500.000,00€). -----

Na Agenda 2018, estão explanados os eventos Expo-Estrela, Festival da Juventude, Feira de Outono, e o Convívio Natalício Sénior, em relação a esta última atividade, considerou que a Atividade do Lanche, no ano corrente, correu muito bem, contudo considerou que a Ceia de Natal tem uma dignidade diferente para as pessoas mais idosas, assim como, tem importância



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para eles uma atividade que este ano não aconteceu, que é a troca de presentes, como tal, solicitou que no futuro volte a ser considerada a sua realização. -----

Referiu que no Orçamento, nas receitas, aparece um código novo que é o 060501 – *Continente*, no valor de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€), questionou do que se trata; *Participações Comunitárias – Projetos Co-financiados*, no montante de um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€), tendo considerado que será o tal mapa, que anteriormente foi referido pelo Senhor Presidente, e do qual solicitou que lhe fosse cedida uma cópia. O recrutamento de pessoal apresenta mais trinta mil euros (30.000,00€); mantem-se o pessoal em regime de tarefa ou avença no valor de trinta e nove mil e cem euros (39.100,00€); o valor das horas extraordinárias é de quarenta mil euros (40.000,00€), tendo considerado que neste campo pode ser feito um exercício e poupar-se este dinheiro, propondo aos trabalhadores, dentro daquilo que seja permitido pela lei e aceite pelas pessoas, trocar horas extraordinárias por folgas no tempo normal de trabalho. Nos Tabalhos Especializados, rubrica 0102 020220, mencionou que se passa para uma verba de trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos euros (395.500,00€), há um incremento que gostaria perceber. Solicitou esclarecimentos relativamente à rubrica Outros Serviços – rubrica 0102 020225 Locação Financeira, que tem um valor de seiscentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta euros (631.750,00€), sendo que julgava ser para aquisição de viaturas. -----

----- O Senhor Presidente fez uso da palavra, para esclarecer que o Município já há algum tempo que está a proceder à substituição de viaturas muito antigas, que causavam muitas despesas de reparação, e o intuito é todos os anos tentar-se substituir uma viatura. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas deu continuidade à sua explanação, fez alusão a que o Bairro Social do Alardo tem um valor de cento e sessenta mil euros (160.000,00€); a Ação Social - Aquisição e Reabilitação trinta mil euros (30.000,00€); nos Planos de Pormenor e de Qualificações, as Penhas Douradas tem um valor de quinze mil euros (15.000,00€), o Covão da Ponte de dois mil e quinhentos euros (2.500,00€) e a Relva da Reboleira cinco mil euros (5.000,00€). Reiterou a sua preocupação, relativamente, ao que os Baldios pagam nesta matéria; o Centro de Energia Viva de Montanha é no montante de cem mil euros (100.000,00€), mais património natural. Questionou se o Parque Ambiental da Fábrica do Rio, que tem um investimento, para 2018, de cinquenta e três mil euros (153.000,00€), é o tal espaço que colide com as autocaravanas (tendo-lhe sido confirmado); a Casa do Povo tem uma dotação de mil euros (1.000,00€); a Cultura em Rede de vinte e oito mil e quinhentos euros (28.500,00€); a Requalificação do Ribeiro da Vila, apresenta o valor de cento e setenta e cinco mil euros (175.000,00€); a Iluminação Pública tem um valor de cento e quarenta e cinco mil,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cento e quarenta euros (145.140,00€), tendo sido assinado um contrato com a HEN, questionou se isso introduz alguma poupança. -----

----- O Senhor Presidente elucidou que se trata de um contrato de abastecimento de energia, que introduz uma poupança de cerca de setenta mil euros (70.000,00€). -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas declarou que, nesse sentido, ficava satisfeito por o Município deixar de pagar duzentos e dez mil euros (210.000,00€) e passar a pagar cento e quarenta mil euros (140.000,00€). Referiu que a Expo-Estrela custará setenta e um mil euros (71.000,00€); o Festival de Outono custa vinte e sete mil euros (27.000,00€) e para o turismo está previsto o montante de oitenta e cinco mil euros (85.000,00€). -----

Em suma, mencionou que isto dá um total de seis milhões, seiscentos e quinze mil euros (6.615.000,00€). Manifestou que a sua preocupação prende-se no facto de que ao analisar as execuções orçamentais do Município nos últimos sete anos, verificou que a média de execução orçamental ronda os cinco milhões e quinhentos mil euros (5.500.000,00€) e este Orçamento apresenta 6,6 milhões em 2018, o que significa, que algures no tempo, será necessário fazer uma alteração orçamental, no valor de um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€). Em 2019 apresenta-se um Orçamento de sete milhões (7.000.000,00€), tendo manifestado preocupação, dado que neste ano verifica-se o tal valor a mais de quatrocentos mil euros (400.000,00€) e o compromisso neste Orçamento já inclui 2019. Para o ano de 2020 o valor desce para seis milhões de euros (6.000.000,00€). Considerou que deveriam refletir sobre o que está previsto para o ano de 2019, porque se calhar pode-se estar a ter “mais olhos do que barriga”. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, teceu algumas considerações relativas ao que foi exposto sobre os documentos em apreciação. Explanou que isto é da política, é do debate e é da vontade de todos. Declarou que se quisesse criar problemas a um Orçamento, naturalmente, que os criaria, nos últimos quatro anos não criou problemas ao Orçamento do Órgão Executivo, foi sempre dado o benefício da dúvida, sendo certo que quem estava a gerir, seria com o conhecimento da receita que tinha, com os cálculos da receita que se fazem perante a média dos vinte e quatro meses, perante os financiamentos que estão assegurados, visto que é desta forma que se calcula a receita. Ou seja, há regras que têm que se ter em consideração quando se elaboram estes documentos, que são feitos tecnicamente. Recordou o que foi explanado nesta reunião sobre o facto de o serviço de Contabilidade da Câmara Municipal ser um sector específico, que precisa de um conhecimento e de um trabalho muito rigoroso. Os planos de atividades são feitos pelos políticos, mediante a receita apurada e mediante as opções políticas que se pretendem para o território. Nas opções políticas, afirmou que há projetos que são completamente transversais e há neste Orçamento projetos apresentados pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, que previamente se reuniu consigo, tendo apresentado algumas propostas que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

foram consideradas neste documento; contudo na altura o Senhor Vereador Francisco Elvas não quis discutir o documento final e nesta reunião veio apresentar propostas de alteração, que já podiam ter sido apresentadas e ter-se chegado a um acordo. -----

No que concerne ao Orçamento, afirmou que é o rigor da contabilidade que nele está completamente plasmado, e nessa matéria serão dadas as explicações necessárias pela Senhora Dra. Elisabete Dias. -----

No que concerne ao Orçamento de 2017, do qual o Senhor Vereador Francisco Elvas fez referência, concordou que foi aprovado com os votos do PSD e do PS, tendo isso ficado claro nas atas de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2017. É um assunto que já foi referido por diversas vezes e, inclusivamente, o Orçamento para 2018 refere isso claramente, assim como nele está explanado que há projetos que são transversais às diversas forças políticas que já cá estavam e que tiveram o apoio do PS. Mencionou que o Senhor Vereador Francisco Elvas afirmou na sua intervenção, que se aposta no incremento da atividade turística e depois verifica-se o processo dos Baldios, com atos pouco dignos. Declarou que não faz este tipo de afirmações. No Plano de Atividades e Orçamento não é feita menção ao problema que existe em relação aos Baldios, porque o Município não paga obras nem aos Baldios nem à empresa que está a fazer o hotel. Declarou que a Câmara defende o empreendimento, assim como defende os Baldios e defende toda a gente. Recordou que o próprio Município tem um processo em tribunal com o Baldios, sendo que este é um assunto que será dirimido em tribunal. Como tal, não se atreve a defender qualquer comportamento em relação a estas duas forças: Baldios e o empreendedor. -----

Afirmou que enquanto cidadão de Manteigas, intermediou este processo durante muito tempo, até que desistiu completamente. Durante meio ano ouviu as duas partes e conhece perfeitamente a intransigência das duas partes. Referiu que fala com conhecimento de causa, com correspondência trocada, com documentação vista e sabe que nem todos têm razão e nem todos deixam de a ter. É claro que os empreendimentos são necessários, inclusivamente no mandato de 2009/2013, em que foi Presidente de Câmara, teve uma ótima relação com o empreendedor em causa, naquilo que foi a atratibilidade para outras áreas de empreendimento, tendo tudo corrido bem. Declarou que a Câmara não se mete neste assunto, o Senhor Vereador Francisco Elvas pode fazê-lo, contudo no que lhe diz respeito não vai transpor este assunto para os documentos que estão em apreciação. -----

Relativamente ao Mapa de Pessoal explicou que caso este seja aprovado, não significa que os lugares estão providos, terá que ser aberto um concurso para provimento dos lugares, que serão devidamente fundamentados. Informou que quando se abre um concurso para preencher um lugar no Quadro, tal tem que ser fundamentado, porque as Câmaras Municipais são



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

escrutinadas ao milímetro. No que concerne à questão levantada, se é mais vantajoso ter pessoal no Quadro do que recorrer ao outsourcing, explicou que pelas razões que já tinha apontado, inclusivamente, porque neste momento há queixas de operadores de uma terminada área, relativamente a um técnico contratado por uma empresa e que se encontra a laborar no Município, a apreciar projetos e que ao mesmo tempo está a fazer projetos na área do concelho. Perante esse facto, questionou se não será melhor ter um funcionário na Câmara, que ao pertencer ao Mapa de Pessoal, fique imediatamente impedido, por força da lei, de fazer trabalhos fora da Câmara. -----

Referiu que a própria ENERAREA tem dois trabalhadores que estão a laborar na Câmara Municipal, um arquiteto e uma administrativa, tendo considerado que o trabalho que está a ser desenvolvido pela administrativa, pode ser executado por uma técnica administrativa contratada para o Quadro. Considerou que traz menos custos à Câmara pagar a funcionários do Quadro, do que pagar à ENERAREA ou a uma empresa de Castelo Branco, a mão-de-obra de um técnico, porque essas empresas têm que ter lucro adicional, têm que pagar o IVA. Afirmou que não há garantias para ninguém de quem é que é admitido, e as condições de admissão serão aquelas que decorrem do concurso. Esclareceu que o motivo de haver um aumento da verba no Quadro de Pessoal para 2018, é porque desconhece-se quando serão abertos os concursos e quando é que esse processo está concluído, visto que um concurso para admissão de pessoal chega a demorar mais de um ano. -----

No que diz respeito à rede WI-FI, indicou que o valor que é apresentado de despesa em Orçamento foi indicado pelo Técnico da Informática. É um projeto que já estava definido, tendo sido colocado como despesa, com possibilidade de financiamento, há candidaturas abertas para este efeito no valor de vinte e oito mil euros (28.000,00€). Fez alusão a que o Senhor Vereador Francisco Elvas indicou, na sua intervenção, que não abdicava que o Festival de Outono conste no Orçamento, contudo não concorda com a Expo-Estrela. Questionou se o Senhor Vereador já inquiriu os operadores económicos do concelho, quem vende produtos regionais e locais, quem tem alojamentos para vender se concordam ou não com a Expo-Estrela, e o impacto económico que tem no concelho. No seu ponto de vista, é a atividade imaterial que mais contribui para a economia do concelho, nem todos os outros festivais, juntos, contribuem da mesma forma para o aumento da economia do concelho de Manteigas, como a Expo-Estrela. -----

O Festival da Juventude pode ser incluído no Orçamento, contudo é preciso ir buscar dinheiro a outras rubricas, porque quando se fazem propostas deste género, é preciso saber de que rubrica é que vai sair a verba necessária para a realização do evento. Explanou que quando se discute um orçamento na especialidade, ao fazer-se uma proposta tem que se fazer o exercício de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

perceber qual é o impacto financeiro, onde entra verba e de onde é que ela sai. É preciso saber de onde é que vai ser retirado dinheiro para realizar o Festival da Juventude. -----

O Senhor Presidente explicou que, relativamente à Associação Termas de Portugal, o Município tem dinheiro para as quotas, a Câmara é associada desta entidade, já há algum tempo, e é conveniente estar associado, porque há programas de animação que podem ser financiados pelo PROVERE Termal. Atendendo a que, a Câmara não é proprietária de termas, se não estiver associada a esta entidade pode não ter financiamento para animação do território. Informou que o PERID para Sameiro e Vale de Amoreira funciona, exatamente, igual como funciona para o resto do concelho, sendo que desde que tomou posse ainda não houve nenhuma candidatura ao PERID apresentada para Sameiro ou Vale de Amoreira, nem para a área urbana do concelho. O Regulamento é precisamente o mesmo, as pessoas candidatam-se mediante as condições do Regulamento e da necessidade de recuperar as casas, não havendo qualquer diferença. -----

Relativamente ao que foi suscitado pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, sobre a transposição do Plano de Ordenamento para o PDM, declarou que pensava que o Senhor Vereador conhecesse melhor os instrumentos de gestão de solos. Informou que é obrigatório o PDM importar as exigências do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. O Senhor Presidente disse que, também ele próprio gostava que assim não fosse, e tem debatido contra os constrangimentos e atitudes, um bocado mais exageradas, de alguns agentes exóticos desse organismo. Referiu que no âmbito da alteração ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, tanto a Câmara de Manteigas como todas as outras Câmaras fizeram propostas contraditórias, que não foram aceites, no que diz respeito às áreas mínimas de construção fora da zona urbana e em relação aos níveis de proteção dos vários patamares de altitude. A Câmara é obrigada a transpor para o PDM e tem um determinado prazo para o fazer, porque o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela é lei que se sobrepõe ao Plano Diretor Municipal, na sua área de intervenção. Portanto é um instrumento de gestão de solos do território, que o Município tem obrigatoriamente de cumprir. -----

No que diz respeito à questão levantada pelo Senhor Vereador sobre a participação dos Baldios no Plano de Pormenor das Penhas Douradas e no Covão d' Ametade, explicou que os Baldios não participam nada, porque são igualmente planos de gestão do território, é Lei que a Câmara tem de desenvolver para agregar ao Plano Diretor Municipal. Como tal, compete à Câmara desenvolver esse trabalho, assim como definir e fazer propostas que depois vão ser apreciadas e aprovadas em outros organismos, nomeadamente no ICNF, na CCDR. -----

No que concerne às ARU's de Sameiro e de Vale de Amoreira, disse que estarão atentos e caso seja necessário farão alterações orçamentais, contudo considerou que a forma como está



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

previsto o Plano de Atividades e o Orçamento, com rubricas abertas, permite que se houver a decisão de avançar com ARU's de Sameiro e de Vale de Amoreira, tal possa ser feito, uma vez que há rubricas para que estão abastecidas com valores irrisórios, apenas para a permitir que a rubrica esteja aberta, para caso tenham que incluir uma atividade ou um projeto qualquer, não tenha que se fazer revisões orçamentais e para, mais facilmente e agilmente, a Câmara poder avançar com novas propostas. -----

Explanou que o Passeio do Zêzere faz parte do Pacto da CIM, está definido como financiamento concreto e objetivo para aquele projeto, pelos valores envolvidos. Solicitou ao Senhor Vereador Francisco Elvas que participasse neste projeto, uma vez que tem conhecimentos técnicos suficientes para analisar o valor, em causa, da obra, avaliar as propostas e os projetos. Indicou que o trabalho está encomendado, já estava adjudicado, está em fase de execução neste momento e aponta para os valores que foram reportados. Se o Município conseguir fazer esse projeto por um custo menor seria ótimo, pediu que o Senhor Vereador Francisco Elvas prestasse essa ajuda à Câmara. Questionou a Senhora Dra. Elisabete Dias se nas Grandes Opções do Plano, a Escola de Hotelaria está completamente omissa. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, no uso da palavra, indicou que a escola de Hotelaria podia entrar na rubrica 2112016/2 – *Requalificação das Escolas*, que está dotada no valor de duzentos e vinte e três mil euros (223.000,00€), podendo ser reforçada. -----

----- O Senhor Presidente, esclareceu que embora não exista uma rubrica específica para a Escola de Hotelaria de Manteigas, há uma rubrica para as escolas, na qual esta escola terá que ser incluída porque há obras que já foram executadas, que não estão pagas, nem estão contratualizadas, logo se o Município tiver que contratualizar esses trabalhos e consequentemente, pagar essas obras, terá que entrar nessa rubrica. Concluiu que a Escola de Hotelaria não estará assim tão omissa nas GOP's. No que diz respeito ao Museu dos Serviços Florestais, deu conhecimento que há uns anos atrás tinha entrado contacto com o Presidente do ICNF, tendo havido o entendimento de que havia a possibilidade dessa entidade ceder à Câmara Municipal a gestão das antigas instalações dos Serviços Florestais e havia, inclusivamente, uma minuta de protocolo, que foi remetida para avaliação do ICNF, com o objetivo de, posteriormente, avançarem para o protocolo de cedência das instalações, para aí ser sediado um museu; julga que o assunto ficou parado e que não houve mais nenhuma diligência nesse sentido. Neste momento, pretende-se recuperar o processo e a possibilidade de instalar na tradicional casa dos Serviços Florestais esse museu, uma vez que é um edifício que diz muito a todos, de onde se emanaram diretrizes florestais para o resto do país e atualmente tem apenas uma dependência ocupada. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne à Proteção do Ambiente e da Natureza, serão plantadas quinze mil e quinhentas árvores, tendo sido debatido na Comissão Municipal de Proteção da Floresta Contra Incêndios a necessidade de se reordenar de alguma forma o Parque Florestal do Concelho, é uma responsabilidade que a Câmara assume, foi colocada neste Plano de Atividades e Orçamento, para que em conjunto com as restantes entidades se possa começar a fazer algo nesta área. Recordou que a Câmara tem áreas florestais que não têm tido o tratamento adequado e que têm que passar a ter, porque a Câmara é responsável por alguma área florestada no concelho, não é só o ICNF. -----

Fez alusão a que o Senhor Vereador Francisco Elvas solicitou que se abram dois itens, que lhe pareceu ser condição para aprovar o Orçamento. Declarou que os itens podem ser abertos, contudo podem ser abertos com financiamento insuficiente para serem executadas as obras. Relativamente à cobertura da piscina, já foi avaliada a possibilidade de ser incluída nas Grandes Opções do Plano uma rubrica para esse efeito, contudo desconhece se a Piscina Municipal tem condições para ser coberta e se é vantajoso. Por outro lado, alertou que para se cobrir uma piscina, aquecer a água de uma piscina e o ambiente do espaço, não é fácil, não há nenhuma piscina que seja sustentável. O problema não será tanto ao nível de se fazer uma candidatura para efeito de financiamento, mas a sua sustentabilidade. Ainda assim, pode-se abrir essa rubrica e posteriormente o Senhor Vereador Francisco Elvas poderá ajudar a encontrar soluções, para a sustentabilidade da piscina aquecida. Concordou com a ideia do ginásio de manutenção, sendo que o Município já proporciona aulas de ginástica para os seniores, podendo abrir-se uma rubrica para esse ginásio. -----

Explanou que no Ninho de Empresas pretende-se fazer uma incubadora de empresas. Informou que no final da reunião que teve com o Senhor Reitor da UBI, com a professora Kelly e o Professor Páscoa, lançou-lhes o repto de ajudarem o Município a desenvolver um projeto para a fixação de microempresas em Manteigas, aliás de empresas em embrião em Manteigas. O objetivo é tentar envolver os estudantes que saem da UBI, com os conhecimentos, vontade de trabalhar, agilidade e com a dinâmica para serem empresários. Tendo ficado definido que brevemente se voltarão a reunir para gerar um documento que vá nesse sentido. No seu ponto de vista, é uma ideia que irá ter sucesso, pelo menos na definição do projeto, das condições e na captação de jovens empreendedores para Manteigas. Concordou com o Senhor Vereador que a Sotave, atualmente, não é parque industrial. Efetivamente, a Sotave tem enormes áreas a servir de armazém e outras estão fechadas, tem lá material fechado e o espaço não está a ser aproveitado para a criação de postos de trabalho, contudo o conceito de logística também não se aplica ao espaço. Explanou que se pretende reanalisar os processos de ocupação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

espaços na Sotave, ver quais é que têm condições de criação de postos de trabalho, quais é que cumprem e os que estão em incumprimento. -----

Deu conhecimento de que esteve presente numa reunião na CIM, onde foi abordado o contrato de adjudicação dos transportes públicos. A CIM vai abrir um concurso conjunto para transportes públicos, de quase todos os concelhos da área da Comunidade Intermunicipal. Declarou que solicitou que uma equipa se deslocasse ao concelho de Manteigas, no sentido de verificarem o que é que se pode fazer no âmbito do caderno de encargos, para que o concelho possa ficar melhor servido em transportes públicos, para que os autocarros que prestam serviço de transporte público diariamente para fora do concelho, possam percorrer o concelho até ao outro limite de Manteigas, em vez de ficarem logo à entrada da Vila. Nesse sentido, informou que no dia 04 de janeiro de 2018, virão dois técnicos a Manteigas, para que no âmbito do caderno de encargos se possa perceber se é possível ou não incluir esse tipo de serviço de transporte no concurso que a CIM vai lançar. É verdade que o concelho necessita de melhores transportes, tanto nas freguesias rurais como nos limites da área urbana, contudo são as pessoas que devem ajustar os seus horários aos horários de transportes e não o contrário, porque não há nenhuma operadora que consiga ajustar o horário de um autocarro ao dia e hora que cada um deseja. Deu nota que o transporte público é uma preocupação do Executivo, e já estão a ser desenvolvidos esforços para melhorar esse sector, através de mecanismo que já estão em curso. -----

No que respeita à chamada de atenção feita pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, relativamente às transferências de capital (página 30/30 das GOP's), em que se verifica um grande acréscimo em 2019 e nos anos seguintes uma redução desse valor, explicou que tal se deve ao facto de que em 2019 será a altura em que as candidaturas do Programa 2020 estarão em pleno funcionamento. Inclusivamente, esse aumento também se verifica na dotação da despesa, porque uma vem em função da outra, aumenta a despesa, aumenta a receita. Nas aquisições de bens e serviços, na despesa, é exatamente pelo mesmo motivo, aumenta a receita, aumenta a despesa, exatamente pelas mesmas razões. O mesmo ocorre em relação ao aumento de financiamento que em 2019 terá mais quatrocentos e trinta e dois mil euros (432.000,00€), precisamente, porque o financiamento estará em 2019 no máximo de execução e a Câmara terá mais oportunidade de financiamento. -----

Explanou que a despesa com pessoal aumenta, embora não seja nada de significativo, porque tem que se perceber que a condição social e de trabalho dos portugueses, naturalmente, tem tendência para subir. Explanou que defende que os funcionários das Câmaras devam ter os ordenados ajustados a algumas empresas do Estado, a algumas empresas privadas, porque devem ter a remuneração devida pelo trabalho que desenvolvem. Considerou que o trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deve ser remunerado e tal deve ser feito de acordo com a possibilidade e a necessidade que qualquer cidadão tem em ter uma vida digna. -----

Quanto à dúvida suscitada pelo Senhor Vereador Francisco Elvas sobre a rubrica *060501 do Orçamento – Continente*, no capítulo das receitas, o Senhor Presidente explicou que se trata do desdobramento do financiamento da Administração Local. Verifica-se o código 0605 da classificação económica Administração Local e depois termos o desdobramento Continente, por estarmos situados no Continente. Solicitou à Senhora Dra. Elisabete Dias que prestasse esclarecimentos sobre essa matéria. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, no uso da palavra, indicou que pretendia, antes de mais, prestar um esclarecimento relativo à questão anteriormente levantada, sobre a rubrica das Escolas. Explicou que já ano de 2017 também não existiu uma rubrica específica para a Escola de Hotelaria. O valor que está compromissado e está faturado e é nesta rubrica, Requalificação das Escolas, que está inserido, rubrica que tem uma dotação de duzentos e vinte e três mil euros (223.000,00€). No que concerne à rubrica *060501 do Orçamento – Continente*, elucidou que se trata do Saldo de Gerência, e aparece este desdobramento *Continente*, porque o Saldo de Gerência tem sempre que ser orçamentado na rubrica 0605, tendo o Senhor Presidente alguma razão na explicação que prestou sobre essa matéria, uma vez que a rubrica 0605 divide-se pelas Regiões Autónomas e pelo Continente. O Saldo de Gerência tem sempre de ser orçamentado numa outra rubrica. -----

----- O Senhor Presidente, questionou a Senhora Dra. Elisabete Dias se aqui não está absolutamente o Saldo de Gerência que se possa vir a apurar. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, respondeu que, o Saldo de Gerência foi apurado tendo em conta os cinquenta mil euros (50.000,00€), que estão por receber de uma candidatura que desconhece-se se vai ser recebido o financiamento este ano ou no ano seguinte, contudo ou este valor é colocado nesta rubrica, ou então teria de ser acrescentá-lo na rubrica *10 - Transferências de Capital*. Elucidou que se trata de uma rubrica que não é utilizada, com o objetivo de, posteriormente, o Saldo de Gerência passar para a rubrica correta, através de Revisão Orçamental. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso recordou que tinha suscitado uma questão que, entretanto, já tinha encontrado a resposta; aludiu que enquanto na Receita de Capital existe uma rubrica *Estado – Participação Comunitária projetos co-financiados*, na Receita Corrente, isso está localizado na rubrica *Fundo Social Municipal – Outras*, o que não é fácil de perceber. Questionou se o valor não podia ir para outra rubrica, em que fosse mais perceptível. Se na Receita de Capital existe *Estado – Participação Comunitária projetos co-financiados*, na Receita Corrente deveria ser igual. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 393 -

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias respondeu que não pode ser colocado em outra rubrica, na medida em que o valor de cinquenta e três mil euros (153.000,00€), não é totalmente financiado. No que concerne à rubrica *Outras - Transferências Correntes*, não se destina apenas a esse tipo de participações, mas a todas as participações, porque as Participações Correntes são sempre mais abrangentes do que os investimentos de Capital. -----

----- O Senhor Presidente solicitou à Senhora Dra. Elisabete Dias que esclarecesse às dúvidas suscitadas pelo Senhor Vereador Francisco Elvas, relativamente à rubrica 020220 – *Outros Trabalhos Especializados* e no que concerne à classificação Orgânica/Económica 0102 020225 no total de seiscentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta euros (631.751,00€). -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias elucidou que, relativamente à rubrica 020220 – *Outros Trabalhos Especializados*, essa classificação Orçamental está desdobrada para uma melhor análise nas Grandes Opções do Plano, há vários projetos com essa classificação, o valor aí explanado é o somatório de todos os projetos que estão nessa classificação. A mesma explicação foi prestada relativamente à classificação Orgânica/Económica 0102 020225, em que têm de ser analisados os projetos das Grandes Opções do Plano, onde está discriminado o que cada projeto tem nessa classificação. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, no uso da palavra, referiu que apenas pretendia fazer quatro reflexões sobre o que foi explanado. Disse que agradecia que o Senhor Presidente não fizesse juízos de valores sobre a sua pessoa, quer sobre a sua pessoa política quer profissional, sobre os seus conhecimentos, quando suscita questões. Relativamente à informação que o Senhor Presidente prestou de como se faz um Orçamento, considerou ser interessante, contudo desnecessário, porque talvez ele já tivesse conhecimento dessa matéria. No que diz respeito à questão dos Baldios versus Câmara, versus Manteigas, esclareceu que não tinha pedido que o Senhor Presidente incluísse esse assunto neste documento, apenas tinha afirmado que se tratavam de palavras vãs, porque, no seu ponto de vista, a Câmara está a fazer pouco relativamente a essa matéria. -----

Quanto ao Festival da Juventude e ao dinheiro necessário, explicou que tinha referido que, na sua perspetiva, trocava a Expo-Estrela pelo Festival da Juventude, tendo explicado claramente qual era a sua ideia. Alertou para o facto que tudo aquilo que tinha dito e informado, tratavam-se de sugestões, que não impedem de maneira nenhuma que o Orçamento seja votado ou aprovado e que a matéria que os trouxe a esta reunião seja resolvida nesta data. Afirmou que não estava no Órgão Executivo para dificultar, tal como tinha sido referido na intervenção do Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente dirigiu as suas palavras ao Senhor Vereador Francisco Elvas, referindo que pedia desculpa se o tinha ofendido, porque não foi essa a sua intenção. Explicou



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que não quis fazer juízos de valor e mencionou que com humildade lhe pedia, novamente, que quando pudesse ajudasse na resolução das matérias. No que concerne ao Festival da Juventude e à troca pela Expo-Estrela, solicitou que o Senhor Vereador fizesse uma análise à Expo-Estrela, ao impacto que este evento tem no concelho, uma vez que pode, eventualmente, ser adotado outro modelo para o certame, porque pode-se considerar que o modelo atual já está gasto, contudo é uma atividade e um momento especial para o concelho, embora, nessa mesma época, se desenvolvam atividades do género em outras localidades da Serra da Estrela. Na sua opinião, é interessante este circuito com a Serra da Estrela, que ocorre na altura da Expo-Estrela, porque há muita atividade na zona e traz muita gente a este território. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra, disse que concordava que a Expo-Estrela fosse realizada na mesma época em que tem vindo a ser realizada, contudo tem que mudar o figurino. Fez referência que o Senhor Presidente tinha mencionado o impacto interno que têm os eventos, contudo a si interessava-lhe, principalmente, a projeção que os eventos têm relativamente ao exterior. Disse que considerava importante, dar-se uma requalificação à Expo-Estrela, sendo que tal não acontece de um momento para o outro, até porque está um pouco desconfigurada, relativamente à sua origem. Contudo, era premente que a configuração deste evento fosse revista. -----

No que diz respeito ao Orçamento, declarou que apesar de nem sempre ter sido acompanhado por outras forças políticas, contudo, sempre foi da opinião que este documento é uma antevisão, com base nos argumentos disponíveis e do conhecimento que se tem sobre a situação do Município, sem se ter certezas se vão ou não consumir durante a sua execução. As alterações e revisões orçamentais, que tantas vezes foram criticadas, no seu ponto de vista, é natural que se realizem, uma vez que, é uma previsão a quatro anos e mesmo prever a um ano, quando há instabilidade relativamente à informação, sendo que esta, também, pode mudar de um momento para o outro. É por estes motivos que o Orçamento é um documento dinâmico, e é bom que haja esta abertura, desde o início da sua execução. -----

Afirmou que das duzentas e trinta e seis ações, que estão explanadas neste Orçamento, de seis milhões e seiscentos mil euros (6.600.000,00€), só duzentos mil euros (200.000,00€) são inovação e dizem respeito a seis ou sete medidas novas. Especificou que apenas mudou a Aquisição de Viaturas Diversas, a Beneficiação e Reparação de Edifícios em Sameiro e Vale de Amoreira, o Passeio Panorâmico de Vale de Amoreira, o Jardim de Pedra de Sameiro e Manutenção do Circuito de São Sebastião (que são projetos do Orçamento Participativo) e a reabilitação do Bairro Social do Alardo, na Ação Social verifica-se a aquisição e a reabilitação, com início em 2018. Todas as restantes ações são uma continuação de situações anteriores, algumas de 2015 e outras até anteriores. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 395 -

Explanou que algumas das afirmações que vêm explanadas neste documento, como conter o despovoamento, promover o território, são afirmações que não contraria, porque se fosse ele a apresentar um Orçamento diria o mesmo, contudo trata-se de um Orçamento que tem duzentas e vinte e seis medidas iguais ao Orçamento de 2017, em bom rigor é *ipsis verbis* daquilo que já existia. -----

----- O Senhor Presidente, explicou que, há ações que era obrigatório aplicar ao Orçamento. Considerou que há uma questão que é transversal, que foi colocada pelos Vereadores do PSD e pelo Senhor Vereador da UMM, e tem a ver com o Festival da Juventude. Declarou que sendo certo que não se pretende eliminar a Expo-Estrela, pediu aos Senhores Vereadores que pensem de que rubricas pode ser retirado dinheiro, para se alocado ao Festival da Juventude, assumindo-se esse compromisso. Afirmou que o Festival de Outono vai manter-se, tendo considerado importante recuperar uma tradição de Manteigas, o Festival da Canção de Manteigas, tal como já tinha sido abordado e que se vai desenvolver, certamente, nessa época. Deixou esse compromisso, entretanto há rubricas que terão que baixar em termos de valor para serem alocadas no Festival da Juventude. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, fez uso da palavra, solicitou que, mesmo que o Centro de Ciência Viva não venha contemplado no Plano de Atividades e Orçamento de 2018, é imperioso retomar os contactos. Indicou que caso haja uma revisão orçamental, que sejam contempladas as ARU's, a Relva da Reboleira, o Festival da Juventude, uma vez que, a edição anterior deste evento foi paga com uma candidatura de Património Natural das Aldeias de Montanha, porque houve atividades, passeios e palestras e há sempre uma maneira de pagar essa despesa, nem que seja parcialmente. -----

----- O Senhor Vereador Francisco José Botão de Elvas, questionou sobre quanto é que custou a última edição do Festival da Juventude. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso elucidou que aquilo que é mais dispendioso nesse evento, é a montagem do placó. Indicou que o reforço do Pró-Emprego pode ser feito numa alteração orçamental. Considerou ser um risco desnecessário neste Orçamento, e nos próximos Orçamentos, colocar verbas de candidaturas que ainda não foram feitas, e, inclusivamente, algumas delas até já foram reprovadas no passado. Explanou que antigamente o carnaval em Manteigas vendia-se de um ano para o outro e Câmara não fazia nada, sendo que há sempre formas de dar volta ao assunto, fazendo o evento com a prata da casa. No que diz respeito ao Plano de Comunicação, referiu que os serviços do Município devem fazer chegar ao Senhor Presidente o Plano de Comunicação e Estratégia de Salvaguarda do Património Cultural e o Manual da Marca Gráfica, porque têm ideias muito interessantes e imaginação como um concurso de drones ou Festival da Água e que não têm praticamente custos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, referiu que em relação à Ceia de Natal, no ano de 2017 houve o dobro dos participantes e com a afirmação dos utentes do Cartão de Idoso de que desta forma era mais conveniente para todos. O Senhor Presidente declarou que será feita a alteração ao Orçamento, contemplando o Festival da Juventude. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas, submeter as Opções do Plano, a proposta de Orçamento acompanhada do Mapa de Pessoal (nos termos do nº 3, do artigo 28º e nº 4, do artigo 29º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho), para o ano de 2018, a aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, apresentou uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

“Declaração de voto

As GOP's – Grandes Opções do Plano e o PPI – Plano Plurianual de Investimentos para 4 (quatro) anos não colam com a realidade do que se está a concretizar no Concelho de Manteigas.

Anos e anos a fio, o desejo e a voz dos Manteiguenses afirmam que o futuro do Concelho está no Turismo.

Sempre se disse, escreveu e assumiu que Manteigas tem condições turísticas naturais; que Manteigas devia apostar no Turismo; que temos que fazer do Turismo o motor para o desenvolvimento do Concelho.

A nossa resposta sempre foi de que as condições, por si só, não se vendem e que é preciso primeiro transformar as condições em produtos transacionáveis e só depois falar de Turismo em Manteigas, como principal caminho e alternativa de desenvolvimento.

Foi nesse sentido e com esse propósito que ao tempo, com as condicionantes existentes, apesar de tudo, nasceu a Relva da Reboleira, um marco diferenciador e inovador que agora importa revitalizar, como complemento dos investimentos em curso.

Mas, felizmente em 2017, com empenhamentos pessoais e institucionais, através de contactos, eventos, participações em certames, divulgações e inovações diversas, além de requalificação de estabelecimentos de agentes locais, conseguimos que Manteigas, no curto-médio prazo, passasse de Terra de Passagem para Destino Turístico. Isto, graças à remodelação e construção de 5 (cinco) Unidades Hoteleiras, em curso ou em vias disso.

Estamos a falar de 250 novas camas; Falamos de à volta de 20 milhões de euros (é o maior investimento privado de sempre em Manteigas no turismo); Apontamos para mais de 150 postos de trabalho diretos e indiretos.

Este é o resultado de um trabalho continuado e intenso da Câmara Municipal e também do interesse e envolvimento dos agentes turísticos locais e internacionais.

Esta é uma realidade que ninguém pode omitir ou ignorar. Importa por isso, agora mais do que nunca, trabalhar e investir nela. As sementes estão lançadas. Ninguém perdoaria que se possam perder.

MANTEIGAS ESTÁ À PORTA DE SER UM NOVO DESTINO TURÍSTICO EM PORTUGAL.

Não há nenhum Concelho em Portugal, fora dos Grandes Centros, que tenha em via de concretização 5 hotéis remodelados ou construídos de raiz. Afinal, é a concretização das



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

opiniões de que Manteigas devia apostar no **TURISMO** como solução para o seu desenvolvimento.

Esta é a nova **REALIDADE** que importa termos presente e que temos que acarinhar e acompanhar. Este deve ser um desígnio de todos.

É aqui que, agora e nos próximos anos, é imperioso apostar. Temos 4 anos para firmar e consolidar a mudança no figurino e no tecido económico e social do Concelho.

O que desde sempre chamámos de Esperança está a um pequeno passo de ser uma realidade. É o início de um novo ciclo que não pode parar, mas que exige uma nova visão e uma nova estratégia nas **GRANDES OPÇÕES, NO PLANEAMENTO E NOS ORÇAMENTOS** da governação autárquica.

Para os próximos 4 anos há que conformar e adequar os instrumentos previsionais e de gestão à nova situação.

Manteigas tem que se preparar para novos “residentes” e novos visitantes e clientes que passarão a ter estadia no nosso Concelho.

Em tese, estamos a falar em 300 novos habitantes, em média; Estamos a falar em mais um décimo da população residente e que têm que ter atividades para desenvolver, estruturas para lhes dar ocupação e resposta às novas necessidades e novas exigências de procura e de oferta. Há que pensar nas soluções que a Câmara vai propor, em conjunto com a população, e, em particular, com os agentes económicos e sociais.

Os documentos **GOP's** e Plano Plurianual de investimento que nos foram presentes para os próximos 4 anos ignoram olímpicamente estas novas realidades. Eles são do nosso ponto de vista uma oportunidade perdida ao ignorarem a nova realidade e na antevisão do que é prioritário no binómio oferta-procura, e na intervenção da Câmara.

Nas **GOP's (GRANDES OPÇÕES DO PLANO)** nem uma palavra sobre os Hotéis e a sua importância e consequências. Não nos referimos a dinheiro, porque bem sabemos que os **PROBLEMAS** não se resolvem atirando-lhes dinheiro para cima. Falamos de estratégia, de imaginação e de cooperação.

Temos que assumir no Executivo que é prioritário ter em primeiro plano a divulgação, a informação e a inovação, alocando-lhes um lugar de destaque, a par da recriação e intensificação de eventos qualificados que promovam a oferta e fomentem a procura de novos e diversificados públicos.

Sem isto, os projetos hoteleiros não resultam. Ninguém se desloca para um destino só para dormir descansado, como todos sabemos.

Ainda sobre os documentos há muitas ações que podem ser levadas à prática, sem fortes custos acrescidos e que tivemos oportunidade de enunciar, na fase da sua discussão, e entendemos que devem ser levadas à prática.

Diríamos mesmo que se há que investir financeiramente que seja na nova realidade manteiguense, enfatizando desse modo os resultados.

Aqui, evidencio, um dos vários reptos lançados que, do nosso ponto de vista, ajudará a aumentar a atratividade e a procura. Passa por lançar e promover a ligação de Manteigas às Penhas Douradas, através de um passadiço ou equipamento alternativo.

Este projeto, em concreto, deverá ser desenvolvido com empresa(s) privada(s) sem custos ou custos reduzidos para o município e complementar, com muita vantagem, a ultimização do Plano de Pormenor para o local. Este **P.P.P.D. (Plano de Pormenor das Penhas Douradas)** deve ser uma das primeiras prioridades para 2018.

Na mesma linha de compromissos, para os próximos 4 anos, e em função dos investimentos em curso, será provisionar adequadamente os apoios ao investimento e aos investidores, em cumprimento dos Programas e Regulamentos em vigor;

Repetindo, há que dar maior visibilidade e atratividade aos produtos endógenos e aos eventos de índole social, cultural e recreativa que fomentam a oferta turística e não só para consumo doméstico;



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Há que acelerar e antecipar o mais possível, com materialização em 2018, os Centros de Conhecimento e Inovação, como é o caso do Centro de Energia Viva (já com financiamento) e do Centro de Ciência Viva;

Importa avançar com os instrumentos de Planeamento Territorial designadamente as UOPG's, com prioridade para a Relva da Reboleira, não deixando assim perder uma das maiores inovações na área da Serra da Estrela, e ainda elaborar as ARU's (Áreas de Recuperação Urbana) para Sameiro e para Vale de Amoreira.

É imperioso apostar no mapeamento de novas origens de ÁGUA para utilizar na saúde e para a indústria;

E ainda se impõe uma aposta séria em novas fontes de energia, em locais em que em tempos já houve exploração, a par das novas tecnologias LED para todo o concelho, para que sejamos tendencialmente um território de carbono zero. Estas e outras deveriam ser opções para 4 anos num território em mudança.

Numa apreciação final, justificativa da nossa votação de ABSTENÇÃO, devemos dizer que as GOP's têm 236 ações previstas das quais a maioria são de continuidade obrigatória (Pessoal, gastos de funcionamento, encargos da dívida, etc) mas apenas 6 são diferentes das do ano 2017 e respeitam exclusivamente aos ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS.

Pela falta de estratégia seríamos contra os documentos propostos, mas, porque 231 das 236 ações são praticamente iguais às de 2017 decidimos abstermo-nos.

É nossa convicção que virão a ser propostas as revisões consentâneas com a NOVA REALIDADE MANTEIGUENSE e que o nosso paradigma exige.

Definitivamente esperamos que seja assumido que para Manteigas está aberto um novo caminho, com os projetos e investimentos iniciados em 2017 e que é imperioso repensar as propostas para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Como última nota fica a proposta de que de imediato se faça um estudo rápido e objetivo de impacto provocado pela construção dos novos hotéis, convocando para ele os investidores diretos e os restantes agentes económicos do Concelho de forma a não perder os resultados dos milhões de investimentos em curso, que são os maiores dos últimos trinta anos e para que Manteigas inicie um novo ciclo virtuoso devidamente pensado.

*José Manuel Custódia Biscaia
(Vereador do PSD)*

Manteigas, 26 de Dezembro de 2017"

Deliberação da submissão à Assembleia Municipal da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- Foi presente a proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

Considerando:

- **O disposto no artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações ou encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:**



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;
- **A alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;**
- **Que o artigo 12º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a referida lei dos compromissos, nos termos do artigo 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano;**

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:

1. Para os efeitos previstos na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do ponto 1. do presente documento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Propõe-se a aprovação em minuta.”

----- O Senhor Presidente solicitou a alteração da redação deste ponto da Ordem de Trabalhos, para “*Deliberação da submissão à Assembleia Municipal da Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos*” (...). A Câmara concordou com a alteração proposta. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, referiu que relativamente às Normas de Execução Orçamental, na sua opinião, o circuito das faturas deve passar pelos chefes de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

divisão para tomada de conhecimento e emissão de respetivo parecer, em vez de ir diretamente para a Contabilidade. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, explicou que as faturas vão para a Contabilidade em suporte papel, porque digitalmente o primeiro circuito que estas fazem é para os Chefes de Divisão. -----

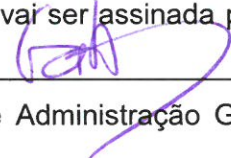
----- A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal, a proposta exarada na minuta e que aqui foi reproduzida.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Finanças Municipais. -----

----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e oito euros e cinquenta e seis cêntimos (365.808,56€). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das vinte e uma horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

